



EENI - Global Business School



**ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÓMICO INCLUSIVO E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL EM STP ATRAVÉS DA
INTEGRAÇÃO REGIONAL, COOPERAÇÃO ESTRATÉGICA, E PREVENÇÃO
E COMBATE A CORRUPÇÃO**

**PAULO JORGE AFONSO DO ROSÁRIO
(Nº 10397)**

**MESTRADO EM RELAÇÕES ECONÓMICAS E INTERNACIONAIS E
INTEGRAÇÃO REGIONAL**

Abril de 2020

Espanha



EENI - Global Business School



**ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÓMICO INCLUSIVO E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL EM STP ATRAVÉS DA
INTEGRAÇÃO REGIONAL, COOPERAÇÃO ESTRATÉGICA, E PREVENÇÃO
E COMBATE A CORRUPÇÃO**

PAULO JORGE AFONSO DO ROSÁRIO

(Nº 10397)

**MESTRADO EM RELAÇÕES ECONÓMICAS E INTERNACIONAIS E
INTEGRAÇÃO REGIONAL**

Tese apresentada à Universidade EENI GLOBAL BUSINESS SCHOOL, para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Relações Económicas Internacionais e Integração Regional.

Orientador: Wilfried Paterson Ngatchou (Spain, Cameroon), Professor e Diretor do Mestrado em Negócios na África Subsariana da EENI Global Business School

Abril de 2020

Espanha

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

Dedico este trabalho a Deus, o todo o poderoso, e aos meus pais.

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP
Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a
Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

Agradecimentos

A **Deus**, o todo poderoso, por me dar sabedoria, paciência, motivação, saúde, paz e fé, principais insumos para a concretização deste projecto.

Especiais, a minha mãe **Elsa Maria do Rosário** que sempre depositou toda a confiança nas minhas capacidades, e desde logo forneceu auxílio moral e financeiro; e a minha companheira **Bráulia Catarina** por dobrar sua atenção, compreensão, dedicação, e amor durante toda esta trajectória, o que foi crucial para a finalização deste trabalho.

Ao meu pai **Gervásio do Rosário**, irmã **Juceline do Rosário** e irmão **Gernaldo do Rosário** além de amigos íntimos pelos apoios e palavras de encorajamento que foram extremamente importantes.

Ao **Dr. Arlindo Vicente de Carvalho**, **Dr. Carlos Pires Tiny** e a **Doutora Maria de Jesus Trovoada dos Santos**, individualidades que partilham comigo a grande preocupação pelo desenvolvimento da nação, e que de algum modo durante as nossas conversas, inconscientemente, inspiraram-me a não só preocupar-me, mas também fazer algo em prol do seu desenvolvimento.

Ao Professor **Paterson Ngatchou**, a Directora da EENI, **Susana Fernández**, pelo excelente serviço académico prestado durante toda a trajectória do curso e também a todo **Staff da EENI** que, na minha opinião, tem feito um excelente trabalho.

Um especial obrigado a todos e que Deus vos abençoe!



EENI - Global Business School

Resumo

A presente investigação teve como objectivo a aceleração do crescimento económico e desenvolvimento resiliente de São Tomé e Príncipe. Para tal focou-se no seguinte: radiografia do contexto de desenvolvimento local, passos para tirar o melhor proveito da globalização e para acelerar a integração regional, esboço de um plano para cooperação externa estratégica para o desenvolvimento e a prevenção e combate a corrupção no âmbito do comércio internacional. Recorreu-se a pesquisa aplicada pois o conhecimento aqui gerado visa a aplicação prática. Em termos de metodologias de investigação recorreu-se a pesquisa bibliográfica, documental e ex-post facto. O cenário de desenvolvimento mostrou-se pouco favorável ao crescimento económico e desenvolvimento resiliente pois o enquadramento a nível político, económico incluindo o do sector privado, da pobreza e do desemprego, desigualdade e disparidade de género, infra-estrutura, cultura, media, juventude e empreendedorismo, liderança e boa governação, índice de desenvolvimento Humano, sociedade Civil, e justiça pouco favorecem o crescimento e o desenvolvimento apesar do esforços das autoridades políticas e administrativas. Todo esse cenário faz com que STP não tenha ainda alcançado nenhum dos objectivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas. Para reverter o contexto de desenvolvimento apresentado definiu-se: acções para tirar o melhor partido da globalização, promover a integração regional africana, o plano de cooperação externa estratégica para aceleração do crescimento económico e desenvolvimento resiliente e o mecanismo de prevenção e combate a corrupção no âmbito do comércio internacional. Todas as propostas apresentadas cobriram efectivamente os eixos estratégicos definidos na agenda de transformação de STP, Plano Nacional de Desenvolvimento 2017-2021, nomeadamente: (i) Promoção de crescimento económico sustentável e inclusivo; e (ii) Reforçar a coesão social. Para tirar melhor partido da globalização, focou-se em acções com vista a melhorar a globalização financeira, económica, social e política. Para promover a integração regional focou-se em acções tais como: transformar efectivamente o país na porta de entrada da CEEAC; melhorar a sua produtividade agrícola; melhorar as cadeias de valor nacional; investir nas infra-estruturas socioeconómicas, particularmente num porto em águas profundas; e melhorar o sector do turismo. Definiu-se um quadro de cooperação internacional estratégico para o desenvolvimento que incluiu parceiros internacionais (bilaterais e multilaterais incluindo fóruns internacionais) estratégicos, chave para a aceleração da agenda de transformação. No quadro das medidas de prevenção e combate a corrupção no âmbito do comércio internacional estabeleceu-se mecanismos de acção para prevenção e combate a corrupção para os sectores nacional e privados. Por tanto concluiu-se que a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento é o caminho mais viável para alcançar efectivamente a agenda de transformação de São Tomé e Príncipe e acelerar o “Crescimento Económico e Desenvolvimento Resiliente” com vista ao alcance da Agenda 2063 da União Africana.

Palavras-chave: Crescimento. Desenvolvimento. Globalização. Integração. Cooperação. Internacional. Corrupção.

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP
Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a
Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

Abstract

This research aimed at accelerating the economic growth and resilient development of São Tomé and Príncipe. To this end, it focused on the following issues: radiography of the development context, steps to get the best out of globalization and to accelerate regional integration, outline of a plan for strategic external cooperation for development and mechanisms of prevention and fight against corruption in the international business. The research was applied because the knowledge generated here aims at practical application. In terms of research methodologies, bibliographic, documentary and ex-post facto research was used. The development scenario proved to be less favorable to economic growth and resilient development as the political, economic framework including that of the private sector, poverty and unemployment, gender inequality and disparity, infrastructure, culture, media, youth and entrepreneurship, leadership and good governance, human development index, civil society, and justice do little to promote growth and development despite the efforts of political and administrative authorities. This whole scenario means that STP has not yet achieved any of the sustainable development goals of the United Nations Agenda 2030. To reverse the development context presented, actions were defined to take the best advantage of globalization, to promote African regional integration, the strategic external cooperation plan to accelerate economic growth and resilient development and mechanisms for preventing and combating corruption in the international trade field. All the proposals submitted effectively covered the strategic axes defined in the transformation agenda of STP, National Development Plan 2017-2021, namely: (i) Promotion of sustainable and inclusive economic growth; and (ii) Strengthen social cohesion. To take better advantage of globalization, it focused on actions aimed at improving financial, economic, social and political globalization. To promote regional integration, it focused on actions such as: effectively transforming the country into the gateway to CEEAC; improve their agricultural productivity; improve national value chains; invest in socio-economic infrastructure, particularly in a deep-water port; and improving the tourism sector. A framework for strategic international cooperation for development was defined that included strategic international partners (bilateral and multilateral including international forums), key to accelerating the transformation agenda. Within the framework of measures to prevent and combat corruption in the context of international trade, mechanisms for action to prevent and combat corruption have been established for the national and private sectors. Therefore, it was concluded that International Cooperation for Development is the most viable way to effectively achieve the transformation agenda of São Tomé and Príncipe and accelerate “Economic Growth and Resilient Development” with a view to achieving the African Union Agenda 2063.

Keywords: Growth. Development. Globalization. Integration. Cooperation. International. Corruption.

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP
Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a
Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

Conteúdo

Capítulo I. Introdução	1
Capítulo II. Contexto de Desenvolvimento	3
2.1 Contexto Político	3
2.2 Economia	3
2.2.1 Sector Privado	4
2.3 Qualidade de Vida, Contexto Social e Temas Transversais	5
2.3.1. A Pobreza e o Desemprego	5
2.3.2 Desigualdade e Disparidade de género	5
2.3.3. Infra-estruturas	6
2.3.4. Cultura	6
2.3.5. Medias	7
2.3.6. Juventude e Empreendedorismo	7
2.3.7 Liderança e Boa Governação	8
2.3.8 Índice de Desenvolvimento Humano	8
2.3.9. Sociedade Civil	8
2.3.10. Justiça	9
2.4 Avaliação de São Tomé e Príncipe quanto aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas	9
2.5 Síntese do Balanço da Implementação da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, 2012-2016	10
2.6 Prioridades Nacionais no Período 2017-2021	10
Capítulo III. Globalização	11
3.1. Definição	11
3.2. Prós e Contras	12
3.3. Enquadramento deste fenómeno em STP	13
3.4 Tirando o melhor partido da Globalização em STP	14
Capítulo IV. Integração Regional	16
4.1. Abordagem Geral	16
4.2. Nível de Integração Regional em África	19
4.3. Comunidade Económica dos Estados da África Central e São Tomé e Príncipe	23

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

4.4. Promoção da Integração Regional por STP	24
Capítulo V. Plano de Cooperação Internacional Estratégico para o Desenvolvimento de STP	26
5.1 Abordagem sobre a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID)	26
5.2 Cooperação Internacional para o Desenvolvimento Sustentável	28
5.3 Cooperação Internacional para o Desenvolvimento em STP	29
5.4 Proposta de um Plano de Cooperação Internacional Estratégico para o Desenvolvimento de STP	30
5.4.1 Parceiros Bilaterais	31
5.4.2 Parceiros Multilaterais	34
5.4.3 Fóruns Internacionais	39
Capítulo VI. Não a Corrupção nos Negócios Internacionais em STP	40
6.1. Definição e principais conceitos	40
6.2. Corrupção e Fluxos Financeiros Ilícitos na África	41
6.3. Corrupção em STP	42
6.3.1 Avaliação de STP quanto a implementação do Objectivo 16 dos ODS's da Agenda 2030 das Nações Unidas	43
6.3.2. Mecanismos de prevenção, bloqueio e combate a corrupção nos Negócios Internacionais em STP	46
6.3.2.1 Mecanismos de Prevenção e Combate a Corrupção e Fluxos Ilícitos de Capitais nas Empresas	51
Considerações Finais	52
Referências Bibliográficas	56

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

Capítulo I. Introdução

Sabe-se que a África enfrenta actualmente grandes desafios para posicionar-se activamente na economia mundial e por conseguinte alcançar o tão ambicioso crescimento económico inclusivo e desenvolvimento sustentável almejado. Isto ocorre em virtude de diversos factores, nomeadamente: políticas inapropriadas, a fraca produtividade, falta de infra-estruturas adequadas, fraca gestão e liderança, fracas cadeias de valor e de industrialização, fraca actividade comercial intra-regional decorrente de barreiras alfandegárias e não alfandegárias, ambiente de negócios pouco favorável a atracção de investimentos directos estrangeiros, factores ambientais, má distribuição dos recursos, pobreza, fome, forte dependência das Ajudas Oficiais ao Desenvolvimento que implica grande vulnerabilidade aos choques exógenos, etc.

Neste contexto a África através da União Africana estabeleceu como visão a Agenda 2063 que passa antes pelo alcance das Agendas 2030 dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas visando estabelecer uma Comunidade Económica Regional e a Zona de Livre Comércio Continental, que permitirá aos países da região ultrapassar os vários desafios de crescimento económico e desenvolvimento Sustentável. Assim, cada país da região deverá definir um plano de desenvolvimento local que será liderado pelos chefes de Estado e de Governo de cada região, incluindo todo o elenco governativo e os diversos parceiros locais envolvidos, e que deverá estar, obviamente, alinhado as Agendas de Desenvolvimento 2030 e 2063 da União Africana.

São Tomé e Príncipe é um pequeno estado insular africano, membro da União Africana, da Organização das Nações Unidas, e da Comunidade Económica dos Estados da África Central, composto por duas ilhas, situado no Golfo da Guiné e em vias de desenvolvimento, que possui muitas fraquezas e ameaças para alcançar as metas de crescimento económico inclusivo e desenvolvimento sustentável. Apesar do esforço dos sucessivos governos para alcançar os objectivos definidos nos sucessivos Planos de Desenvolvimento Nacional e as Agendas 2030 dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, estes esforços parecem não serem suficientes e os resultados estão muito a quem do esperado para que o país alcance efectivamente as metas de desenvolvimento preconizadas.

Este trabalho de investigação visa apresentar uma proposta a ser aplicada pelo Governo em parceria com os potenciais parceiros para “Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável de São Tomé e Príncipe” através das Relações Económicas Internacionais. Para o alcance do

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP
Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a
Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

objectivo deste trabalho de pesquisa elencou-se os seguintes objectivos específicos: Globalização, Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção nos Negócios Internacionais.

O presente trabalho é fruto de uma reflexão profunda sobre os diversos problemas que assolam o país nas diversas áreas, e o reconhecimento de que a Cooperação Internacional para o desenvolvimento se tem mostrado bastante profícua para a resolução destes mesmos problemas. Este trabalho propõe-se a apresentar justamente uma proposta de como tirar o melhor partido possível das relações internacionais em STP em prol do seu crescimento económico inclusivo e desenvolvimento sustentável. Foi produzido pensando que poderá servir como ferramenta de trabalho para o governo santomense na tomada de decisões e no esclarecimento dos cidadãos locais sobre diversos aspectos relacionados ao crescimento económico e desenvolvimento sustentável.

Crescimento económico e desenvolvimento sustentável são dois conceitos intimamente relacionados, mas que neste contexto possuem definições diferentes. É verdade que o crescimento económico ao aumentar a riqueza total de uma nação, também melhora as possibilidades de reduzir a pobreza e resolver outros problemas sociais, mas na realidade a história apresenta-nos vários exemplos de que o crescimento económico não foi sempre acompanhado por um progresso similar em matéria de desenvolvimento humano, mas foi atingido à custa de maior desigualdade, de maiores taxas de desemprego, do enfraquecimento da democracia, da perda da identidade cultural ou do consumo excessivo de recursos necessários para as gerações futuras, etc. O crescimento económico para ser sustentável deve ser nutrido com os frutos de desenvolvimento humano, nomeadamente: mais e melhores empregos, educação, saúde, melhores condições para o estabelecimento de negócios, maior democracia, a utilização racional dos recursos em benefício das gerações vindouras, etc.

Para a realização deste trabalho vai-se utilizar a pesquisa aplicada uma vez que o objectivo é gerar conhecimento para a aplicação prática, visando o crescimento económico e desenvolvimento sustentável de STP. Neste sentido as pesquisas irão pautar-se por livros, publicações e documentos oficiais. Em termos de procedimentos vai-se recorrer a pesquisa bibliográfica e documental.

O trabalho esta estruturado em cinco Capítulos, a saber: (1) Crescimento Economico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável, (2) Globalização, (3) Integração Regional, (4) Cooperação para o Desenvolvimento e (5) Prevenção e Combate a Corrupção. No ponto (1) vai se apresentar a radiografia do país no que diz respeito as diversas temáticas que concorrem para o crescimento económico e desenvolvimento sustentável local, nomeadamente: política,

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP
Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a
Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

economia, qualidade de vida, temas sociais e transversais, o nível de implementação da ENRP II e as prioridades do governo para o crescimento económico e desenvolvimento sustentável (ENRP III). No ponto (2) vai se definir “Globalização”, apresentando seus prós e contras, contextualizando a globalização em STP e como tirar melhor partido possível deste fenómeno. No ponto (3) vai se abordar sobre a Integração Regional, o nível de integração regional, Integração Regional em STP e alguns passos a serem dados para acelerar a Integração Regional a nível local. No ponto (4) será apresentado um plano de cooperação internacional para aceleração do crescimento económico e o desenvolvimento de STP. No ponto (5), final, abordaremos sobre a prevenção e combate a corrupção com ênfase para os negócios internacionais como forma de potencializar a cooperação internacional no âmbito do comércio. Vai se apresentar também a definição e os principais conceitos, Corrupção em STP e os mecanismos de prevenção e combate a corrupção nos negócios internacionais, tanto no sector público como privado.

Capítulo II. Contexto de Desenvolvimento

2.1 Contexto Político

São Tomé e Príncipe tem um regime democrático consolidado, estando entre os dez países mais democráticos da África, com uma pontuação de 81 pontos em 100 possíveis do Índice de Liberdade divulgada pela ONG, “*Freedom House in The World 2017, Populists and Autocrats: The Dual Threat to Global Democracy*”. Contudo nota-se que o fenómeno “banho”, compra de votos, tem impedido o exercício de eleições livres e justas aquando das eleições legislativas e presidenciais condicionando sobremaneira o desenvolvimento do país.

2.2 Economia

A economia santomense, à semelhança dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID), é fortemente penalizada pela insularidade do país, pela sua fragilidade, por limitados recursos e pela fraca capacidade de absorção. Perante tal situação, é fortemente vulnerável aos choques exógenos e há uma forte dependência da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) que financia cerca de 90% das despesas de investimento (em média, 89,97% no período 2012-2017). A tendência da dívida externa no período 2013 a 2017 é crescente

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP
Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a
Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

e verifica-se que, por exemplo no ano 2017 as dividas com os parceiros bilaterais constituiu 81,70% do total das dividas, segundo dados oficiais do INE.

O sector terciário, amplamente informal, representa cerca de 73,45% do PIB, enquanto os sectores primário e secundário contribuem com 11,77% e 14,76% respectivamente do PIB, segundo os dados mais recentes do INE/Departamento de Contas Nacionais, em 2017. O Produto Interno Bruto cresceu, em termos reais 3.9% no ano 2017.

De acordo com os dados resultantes de inquéritos realizados pelo Instituto Nacional de Estatística, STP em Números 2017, o Sector Terciário é o que mais contribui para o Produto Interno Bruto. Neste sector o comércio constitui cerca de 36,26%.

No âmbito do comércio externo, o saldo da balança comercial tem se apresentado negativa ao longo de todo o período 2013-2017. É visível o grande volume de importação e o ínfimo volume de exportação pelo Estado Santomense.

Acredita-se que a nova empresa AGRIPALMA, indústria produtora de óleo de palma, contribua efectivamente para melhorar o PIB e o volume de exportação no país e por conseguinte melhore a balança comercial.

São Tomé e Príncipe e a Guiné Equatorial assinaram em Malabo um memorando para a exploração conjunta dos blocos de petróleo e gás, existentes na zona marítima fronteiriça entre os dois países. Ao mesmo tempo a Galp está presente em São Tomé e Príncipe nos Blocos 5, 6, 11 e 12 com o objectivo de perfurar e avaliar se a quantidade de combustível existente é comercializável. Existem grandes expectativas do resultado ser positivo, o que será bastante positivo para o crescimento económico e desenvolvimento sustentável local.

De acordo com o site de notícias ONU News:

“São Tomé e Príncipe esta na lista para graduação à economia de renda média. O arquipélago passou na análise de rendimento nacional bruto e acesso a melhores cuidados de saúde e educação. Assim sendo São Tomé e Príncipe é um dos quatro países que podem ser recomendados pelas Nações Unidas para graduar-se à categoria de economia de renda média, em 2021.”

2.2.1 Sector Privado

Em termos de ambiente de negócios, São Tomé e Príncipe foi classificado com 45/100 pontos e ocupa a 170ª posição entre 190 países, de acordo com o Doing

[“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção”](#)

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

Business 2020, relatório que se baseia em vários indicadores para avaliar a facilidade de fazer negócio numa determinada economia.

2.3 Qualidade de Vida, Contexto Social e Temas Transversais

2.3.1. A Pobreza e o Desemprego

Segundo o Plano de Assistência das Nações Unidas (2017-2021) (Págs. 19 e 20):

“O estudo sobre a pobreza, realizado em 2011 pelo PNUD e o Instituto Nacional de Estatísticas revela que 49,6% da população encontra-se ainda abaixo do limiar da pobreza, com um pouco mais de 15% vivendo em situação de extrema pobreza. A pobreza atinge mais as mulheres (mais de 70%), e as populações rurais rumam, consideravelmente, numa migração urbana.”

“O baixo nível dos salários encoraja os melhores quadros a procurarem empregos remunerados fora do sector público, ou, até mesmo no exterior do país. O desemprego, estimado em cerca de 13,6%, atinge, principalmente, os jovens e as mulheres.”

2.3.2 Desigualdade e Disparidade de género

Conforme o Plano de Assistência das Nações Unidas, 2017-2021 (Pág.20):

“O Governo adoptou uma Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género (ENIEG) e criou um Instituto Nacional para a Promoção da Igualdade e Equidade de Género (INPG) para implementar esta estratégia. Todavia, os objectivos, resultados e metas enunciados não são traduzidos em medidas políticas nem em programas concretos que pudessem atenuar as disparidades entre os sexos. Um pouco mais de cinquenta por cento (50%) da população é feminina, um terço de todas as famílias são dirigidas por mulheres, mães solteiras ou vivendo com um companheiro em “união livre”. A participação das mulheres no Parlamento, no Governo e nas missões diplomáticas, nas instâncias de decisão dos partidos políticos, na direcção das empresas continua sendo pouco significativa, se considerarmos o seu peso na população, os seus níveis de escolaridade e a sua contribuição na economia. Em matéria de emprego, a taxa de desemprego nacional situa-se em 13,6%, com maior incidência nas mulheres, com uma taxa de 19,7%, enquanto a dos homens é de 9,3%, segundo o Recenseamento Geral da População e da Habitação de 2012. As mulheres constituem o grosso

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP
Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a
Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

dos agentes da economia informal, por conseguinte, mais expostas aos empregos precários de fraca remuneração e sem protecção social.”

2.3.3. Infra-estruturas

Apesar dos esforços do governo juntamente aos parceiros, o país ainda não dispõe de infra-estruturas suficientes para promover o real desenvolvimento local. O aeroporto internacional precisa ser ampliado e a sua qualidade elevada ao padrão internacional, para tirar melhor partido da nossa localização geoestratégica. As rodovias esburacadas por quase toda a cidade elevam os custos de transporte e reduzem o tempo de vida dos meios rolantes, constituindo em certa medida factor inibidor do comércio. Além disso várias localidades não dispõem ainda de rodovias asfaltadas impedindo assim a exploração plena do comércio nestes locais. A ausência de energia limpa e sustentável é um problema sério no país, pois a EMAE, única empresa fornecedora de energia e água, dispõe de máquinas antigas que implicam custos enormes para a sua manutenção e reparação, e o país enfrenta grandes dificuldades no abastecimento dos combustíveis. Por tudo isto verifica-se cortes constantes de energia a nível de todo o país. Não dispomos de um porto de águas profundas com capacidades para albergar navios de grande dimensão e todo o sistema de logística do porto ainda é deficitário elevando exorbitantemente os custos de transporte dos bens e mercadorias. As Telecomunicações apesar de serem uma das melhores qualidades da região, os custos deste serviço são altíssimos.

2.3.4. Cultura

O tecido social de São Tomé e Príncipe é caracterizado por uma grande heterogeneidade resultante do modelo de formação social, do sistema de povoamento e de fundação da cidade capital, mas sobretudo devido ao sistema económico introduzido pelos portugueses. Houve, ao longo dos tempos, várias mudanças no quadro étnico, de acordo com a evolução da situação económica do país e a alteração do sistema de trabalho contratado, o que originou a hierarquização de espaços e dos homens e influenciou, substancialmente, a configuração do quadro étnico do país, que hoje se apresenta. A questão interétnica sempre se pôs com muita acuidade durante o processo de colonização das ilhas. Assim, São Tomé e Príncipe que possui uma diversidade cultural patente, em termos de danças, gastronomia, línguas, etc., vem perdendo ao longo do tempo essas características identitárias decorrentes da falta de políticas direccionadas e sustentáveis do governo para a promoção cultural e da

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP
Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a
Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

ausência de sociedade civil activa para auxiliar o governo na questão de fixação da cultura e promoção do patriotismo.

2.3.5. Medias

De acordo com o relatório Freedom House 2017, há monopólio governamental no canal estatal televisivo e rádio. O relatório também afirmou que a sociedade civil deve desempenhar um papel importante no desenvolvimento deste quadro, de modo a assegurar a adopção das melhores práticas e, em última análise, uma maior garantia de liberdade de expressão, pilares do desenvolvimento.

2.3.6. Juventude e Empreendedorismo

São Tomé e Príncipe tem uma população predominantemente jovem e o actual principal empregador, o Governo, não tem capacidade para dar resposta ao crescente número de jovens que buscam uma forma de sustentar as suas famílias, apoiar seus parentes com as despesas domésticas ou mesmo financiar seus estudos. Apesar de ter surgido no mercado alguns investidores privados a quantidade de oferta em termos de vagas de emprego ainda se mostra insuficiente para suprir a grande demanda. O Empreendedorismo jovem constitui alternativa para a juventude no sentido de garantirem seu próprio sustento através de iniciativas privadas. A ausência de mercado de capital, instituições financeiras, com ofertas atractivas em termos de produtos bancários, créditos, aos médios e pequenos empresários é a principal barreira ao empreendedorismo jovem.

O governo consciente do papel dos jovens na economia e no desenvolvimento da nação, juntou-se aos parceiros locais e internacionais, nomeadamente: o Banco Africano de Desenvolvimento, Kosmos petrolífera através da Agência Nacional de Petróleo, etc., no sentido de criarem condições favoráveis para o estabelecimento do próprio negócio pelos jovens empreendedores. Apesar do estabelecimento de incubadoras de empresas, formações de capacitação no âmbito de negócios e microcréditos a alguns projectos financiados, o grande problema actualmente reside no estabelecimento de um programa de financiamento de crédito pelo governo que apoie as iniciativas empreendedoras dos jovens e o real seguimento na execução destes créditos por parte dos credores (empreendedores).

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP
Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a
Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

2.3.7 Liderança e Boa Governação

Apesar de revelar ligeiros progressos no domínio da governação ao longo dos últimos cinco anos, São Tomé e Príncipe apresenta um grande défice de transparência na gestão dos recursos públicos. Segundo o Inquérito sobre o Orçamento Aberto 2015, o *Ibrahim Index of African Governance* o Tribunal de Contas, muitas instituições santomenses, entre os quais o Banco Central, os Tribunais Judiciais e ainda a Assembleia nacional, que não apresentam os relatórios de contas, violando assim as normas e regras que regem a gestão dos recursos públicos. O Índice de Orçamento Aberto 2017, indica que o resultado de São Tomé e Príncipe é de 31 em 100, o que demonstra que não se registou progresso em matéria de transparência. O Relatório Índice Mo Ibrahim de Boa Governação Africana 2018 colocou São Tomé e Príncipe na 12.^a posição no conjunto dos países africanos com 59,2 pontos, caiu uma posição (11.^a) em relação ao relatório anterior (2017).

Nota-se também a ausência de uma liderança forte e sólida que vem constituindo um factor inibidor para o desenvolvimento em São Tomé e Príncipe.

2.3.8 Índice de Desenvolvimento Humano

São Tomé e Príncipe registou alguns progressos em matéria de indicadores de desenvolvimento (IDH), mas a sua vulnerabilidade, relativamente aos choques externos, à sua grande dependência à ajuda pública ao desenvolvimento e à fragilidade do seu ambiente e do seu tecido económico constituem ameaças sérias para que possa transitar de rendimento médio baixo ao estatuto de país de rendimento médio.

Empenhado em tomar as rédeas dos riscos de desenvolvimento os quais enfrenta o país, o governo afilia-se em 2014 ao G7+, uma associação dos «Estados frágeis», assim denominados pois estão em transição via à próxima etapa do desenvolvimento.

São Tomé e Príncipe ocupa a 143.^a posição, dentre os 187 países, no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). É de notar que o IDH evoluiu de forma positiva com uma taxa de variação média anual de 0,68%.

2.3.9. Sociedade Civil

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

Reconhece-se que a Sociedade Civil é um factor chave para estabilidade política e desenvolvimento humano. Nota-se em São Tomé e Príncipe alguma falta de prestação de contas pelos dirigentes resultado da falta de sentido de Estado e também da falta de uma sociedade civil responsável e activa. Vários estudos demonstram a necessidade de estabilidade política e de se estabelecer estratégias de desenvolvimento que sejam respeitadas. Uma sociedade civil activa e responsável contribui para reforçar os sentimentos patrióticos dos Santomenses, defender e valorizar as melhores coisas que existem no país. Além disso a democracia é produto de uma Sociedade Civil forte e não o seu criador. Portanto todos os santomenses anseiam por uma sociedade civil activa e responsável porquanto é um veículo de promoção de um Estado forte e mais justo, motor de desenvolvimento.

2.3.10. Justiça

Em relação a Justiça, não há dúvidas de que os Santomenses estão conscientes que não existe Estado de Direito por isso o desenvolvimento humano real não pode ser mencionado se não há justiça, e se existe um forte vínculo entre funcionamento efectivo do sistema judiciário e a estabilidade da sociedade como um todo. O que caracteriza a justiça santomense actualmente é a necessidade de uma reforma urgente e completa do sistema judiciário que contribuirá decisivamente para o desenvolvimento político, económico e social. Houve uma tentativa inicial das autoridades no sentido de implementar efectivamente a reforma, mas o processo como tal parece estar estagnado.

2.4 Avaliação de São Tomé e Príncipe quanto aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas

Noticiais oficiais, publicadas pelo Jornal on-line “Observador”, afirmam que:

“São Tomé e Príncipe ainda não cumpre nenhum dos 17 objectivos de desenvolvimento sustentável (ODS), foi colocado na posição 95 de 162 países num relatório encomendado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Com uma pontuação de 65,5 em 100 no desenvolvimento sustentável, o país tem melhor desempenho do que a média da região da África Subsariana, 53,8. O relatório conclui que, como muitos dos 162 países, São Tomé e Príncipe ainda não conseguiu garantir nenhum dos ODS e, por outro lado, enfrenta “grandes desafios” em sete objectivos, “desafios significativos” para seis categorias e alguns desafios para outras quatro. Os números mais positivos de São Tomé e Príncipe enquadram-se no ODS 12 – de

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

produção e consumo sustentáveis e protecção da vida marinha – ODS 14. Os desafios mais graves para São Tomé e Príncipe situam-se nos ODS de erradicação da pobreza (n.º 1), saúde de qualidade (n.º 3), igualdade de género (n.º 5), água potável e saneamento (n.º 6), energias renováveis e acessíveis (n.º 7), trabalho digno e crescimento económico (n.º 8) e indústria, inovação e infra-estruturas (n.º 9). No ODS da pobreza, São Tomé e Príncipe é avaliado de forma negativa por causa de 19% da população que vive com menos de 1,90 dólares (1,70 euros) por dia e 50,6% que vive com menos de 3,20 dólares (2,90 euros) por dia. O país foi também avaliado de forma negativa em vários indicadores do ODS de saúde, como a taxa de mortalidade materna (156 em 100.000 partos) e o índice de tuberculose (118 em 100.000 pessoas). O relatório indica que cerca de 80% da população são-tomense tem acesso a água potável, um número ainda considerado baixo e que 40% usa serviços de saneamento básicos. Cerca de 65% da população tem acesso a electricidade e 17% tem acesso a “combustíveis limpos” e tecnologia para cozinhar.”

2.5 Síntese do Balanço da Implementação da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, 2012-2016

De acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento 2017-2021 (ENRP III) (págs. 10-11):

“Em termos gerais, a execução dos programas e medidas previstas na Estratégia Nacional de Redução da Pobreza 2012-2016 (ENRP II) foi relativamente modesto, devido os seguintes factores: a fraca mobilização de recursos financeiros externos e internos, fraca absorção dos recursos externos, fragilidades dos recursos humanos, e administração pública pouco eficiente.”

2.6 Prioridades Nacionais no Período 2017-2021

Em Dezembro de 2017, STP adoptou seu 3º Documento de Estratégia de Redução da Pobreza, (PRSP III) Plano Nacional de Desenvolvimento 2017-2021, fornecendo o plano a médio prazo para a implementação da Visão 2030 de STP. O PRSP III está ancorado na Visão 2030 que busca transformar o país em um centro marítimo, centro de serviços financeiros e destino turístico do Golfo da Guiné, por meio do desenvolvimento de infra-estruturas. O acesso a educação e saúde de alta qualidade, um sistema judicial aprimorado, desenvolvimento agrícola e segurança alimentar também estão entre as prioridades. O PRSP III possui dois pilares: (i) Promoção de crescimento económico sustentável e inclusivo; e (ii) Reforçar a coesão social. Os subcomponentes do PRSP III são: (i) promoção da diversificação económica; (ii) desenvolvimento de infra-estrutura socioeconómica (ou seja, energia, porto de “Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

águas profundas, TIC); (iii) promoção da boa governação e reforma do sector público; (iv) exaltar o capital humano; e (v) gestão da terra e protecção do meio ambiente.

Capítulo III. Globalização

A economia mundial sofreu e vem sofrendo mudanças constantes ao longo do tempo. Estas mudanças transformaram o comércio nacional em comércio mundial, isto é um comércio no qual o mercado é todo o mundo.

Durante a produção deste trabalho, o autor fez uso dos seguintes itens: um computador portátil da HP (Estados Unidos), um celular Iphone 6S (Estados Unidos) e um Huawei P9 Lite (China), um relógio da Swatch (marca Suíça), um HD Externo TOSHIBA (Japão) e uma esferográfica da China. Além disso os serviços académicos para realização deste curso de Mestrado são prestados pela Universidade Espanhola, pois no seu país, STP, não existe nenhuma Instituição académica que ofereça este curso. Esta é a realidade hoje em dia, a globalização.

A relação económica, política, cultural, social e financeira é o que gere as relações humanas e apesar dos limites fronteiriços vivemos num mundo único em que as acções antropológicas e má gestão dos recursos naturais afectam a todos nós.

O Coronavírus (COVID19) é um problema de saúde pública global, sendo assim as nações estão cooperando entre si em termos de assistências técnicas e financeiras, etc. para fazer face a mesma, ou seja, a solução é a globalização.

3.1. Definição

Entende-se a globalização como um fenómeno social que ocorre em escala global, e trata-se de um processo que consiste em uma integração com carácter económico, financeiro, social, cultural e político entre diferentes países.

Globalização com carácter financeiro teve local no mundo devido aos avanços tecnológicos e a abertura dos mercados de capitais, ou seja, as transacções mundiais em dinheiro que constituem uma grande parte do PIB mundial.

A globalização com carácter económico refere-se às transacções de bens e serviços que se realizam a nível mundial. Os países estabelecem transacções comerciais constantes para a sua sustentabilidade económica e social.

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP
Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a
Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

Globalização cultural é o meio em que há trocas de culturas, marcas, de um país para o outro. Os programas de TV, as notícias, os livros, a música, a comida, tendem a globalizar-se.

Globalização social dá-se por meio da sociabilização de povos de diferentes nações. O ser humano é um ser social por natureza. Cada vez mais há necessidade de emigração dos povos de um país para o outro no sentido de melhorarem suas condições económicas e sociais, daí a interacção e inserção social dos diferentes povos serem cada vez maior. A globalização social deu-se desde a antiguidade com a colonização e a mixogenação dos povos e ainda hoje nota-se a constante sociabilização mundial através de programas de Erasmus, bolsas de estudos no exterior, viagens no âmbito de negócios, etc.

Globalização Política resulta por exemplo da globalização da democracia. Nações Unidas reconhece a democracia como a única forma de governo e apoia todos os Estados membros no sentido do seu estabelecimento e consolidação.

3.2. Prós e Contras

A globalização incitou um dos debates mais quentes da última década, foi tema de inumeráveis livros e causa de grandes manifestações na Europa e América do Norte. **Os críticos** opinaram que o processo propiciou a exploração dos habitantes dos países em desenvolvimento, ocasionou grandes alterações em sua forma de vida e em troca contribuiu com poucos benefícios, enquanto os **defensores** apontam à considerável redução da pobreza atingida em países que optaram por integrar a economia mundial, como China, Vietnã, Índia e Uganda.

É claro que nem todos encaram a globalização como ameaça. Ao passo que alguns a condenam como a causa de todos os males do mundo, outros a aclamam como a solução para grande parte dos problemas do mundo.

Globalização é um fenómeno social, e sendo derivado das relações humanas é algo inevitável e irreversível. Reconhece-se a sua dupla faceta, mas é preciso lidar com os dois lados da moeda, buscando potencializar os factores favorecedores e reduzir ao máximo as mazelas que esse fenómeno pode causar a humanidade.

A título de exemplo podemos afirmar que o Coronavírus (COVID-19), uma família de vírus que causa infecções respiratórias, esta a ser disseminada pelas várias nações pela integração social. Contudo as nações infectadas e as não infectadas deverão se munir de informações das nações que lidaram ou estão a lidar com esta pandemia para prevenir ou mesmo combater-la.

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

3.3. Enquadramento deste fenómeno em STP

São Tomé e Príncipe foi descoberto por portugueses e colonizado por Portugal, daí que a alimentação, a religião, a língua oficial e muitos outros costumes terem forte marca dos portugueses que exerceram seu poder económico e social nas ilhas, durante um determinado período.

O País também foi mercado central de escravos, muitos dos quais vinham para oferecer sua mão-de-obra na produção de café, cana de açúcar, cacau entre outros trabalhos. Entre os escravos estavam pessoas de várias nacionalidades, nomeadamente: Angola, Gabão, Brasil, Guiné-Bissau, etc. Além disso povos de outras nações saíam sob contracto para STP para trabalhar, entre eles pessoal de Cabo-Verde, etc. Daí houve uma integração social muito grande, resultando no enriquecimento gastronómico, aumento do número de crioulos (línguas), etc.

Actualmente, devido a falta assistência médica e medicamentosa suficiente e de qualidade, falta de Instituições Académicas de Ensino Superior de Qualidade, baixo salário e desemprego muitos santomenses deslocam-se para suprir estas necessidades em outras nações, integrando-se no contexto social das mesmas. Mais tarde muitos acabam por voltar e disseminar essa realidade social a nível local.

Temos também nativos portugueses, líbios, nigerianos, chineses, libaneses que vieram no âmbito do investimento directo estrangeiro, ou seja, estabelecer negócio, e acabaram por captar a nossa cultura e partilhar a sua, ao se relacionarem com a sociedade local. Outros optaram até por ter relações afectivas com homens e mulheres santomenses, constituindo famílias.

Ainda no âmbito do comércio é visível o volume de aquisições de bens e serviços externos no território nacional. São Tomé e Príncipe que possui baixo nível de actividades industriais e um forte défice de infra-estruturas depende quase totalmente dos bens externos. Por conseguinte o volume de importação tem sido muito maior do que o de exportação.

O Estado beneficiou de várias ajudas oficiais ao desenvolvimento de países desenvolvidos e parceiros mundiais para o seu desenvolvimento. Possui uma dívida enorme com os parceiros internacionais (bilaterais e multilaterais), sendo o maior crédito derivado do financiamento dos parceiros bilaterais para parte das despesas correntes e a maior parte das despesas de investimento.

São Tomé e Príncipe, estado membro das Nações Unidas, aderiu fortemente ao regime democrático, sendo um exemplo de democracia a nível da região.

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP
Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a
Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

3.4 Tirando o melhor partido da Globalização em STP

Considera-se que São Tomé e Príncipe não tem potencializado ao máximo a Globalização por isso ainda se encontra marginalizado na participação efectiva da economia regional e mundial. No sentido de tirar o melhor partido possível da globalização, pois este fenómeno tem se revelado uma solução incrível para redução da pobreza em São Tomé e Príncipe e o garante do crescimento económico e desenvolvimento sustentável, o Estado santomense deverá esforçar-se para uma melhor integração social, financeira, económica, política e cultural.

Para tal será necessário adoptar as seguintes medidas:

A nível social:

- Buscar estabelecer fortes mecanismos de controlo do conteúdo das redes sociais;
- Maior filtro do conteúdo emitido no canal televisivo público;
- Controle dos pacotes de canais televisivos privados;
- Supervisionar a entrada de determinadas ceitas religiosas no país, pois podem ter um efeito social por vezes negativo na sociedade;
- Promover instituições culturais para garantir o sentimento de patriotismo a nível nacional;
- Reforçar o compromisso do Governo com os grupos culturais (financiamento e promoção)
- Identificação e exaltação de figuras ilustres que tiveram uma vida exemplar e que deverão ser o norte dos jovens;
- Maior promoção e valorização das datas e dos locais históricos;
- Promover a cultura de integridade e moralidade a nível local;
- Quitar os débitos concernente as cotas não pagas as Organizações Internacionais (ONU, CPLP, etc.) no sentido de exercer o seu direito pleno de voto nessas organizações.
- Garantir o funcionamento pleno das instituições jurídicas locais e apoiar a paz e segurança mundial.

A nível financeiro:

- O estabelecimento da chamada Taxa Tobin (a criação de um imposto que registe os movimentos de capitais);
- Estabelecer mecanismos de prevenção e combate dos fluxos ilícitos de capitais;

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

- Mecanismos para redução dos choques externos no caso de crises financeiras internacionais;
- Adopção de recomendações de Parceiros como o FMI, o Banco Mundial e o BAD para a melhor performance das actividades financeiras;
- Maior esforço para reduzir os créditos contraídos junto aos parceiros bilaterais e multilaterais; e
- Realizar auditorias (Internacional) externas nos sectores financeiros públicos e privados.

A nível económico

- Melhorar as infra-estruturas de energia, transportes (rodoviário, aéreo e marítimo), comunicação e tecnologias de informação;
- Melhorar o clima de negócio a nível nacional para atracção de investimento directo estrangeiro;
- Melhorar as cadeias de valor a nível nacional;
- Implementar acções que visam transformar STP, um pequeno país a um país singular;
- Esforçar para a melhor comercialização possível dos nossos recursos marinhos;
- Mecanismos legais para a prevenção e combate a corrupção no comércio externo;
- Implementar acções para melhorar o saldo da balança comercial; e
- Esforçar-se para integrar-se efectivamente na economia regional e economia mundial.

A nível político

- Deverá esforçar-se para reforçar as capacidades técnicas da Comissão Eleitoral Nacional;
- Reforçar a aplicação das leis que proibam e punam a compra de votos durante as eleições;
- Garantir a transparência do financiamento dos candidatos as eleições legislativas e presidenciais;
- Garantir o pleno funcionamento do Tribunal Constitucional e o supremo tribunal de justiça;
- Promover um conselho que seja o garante da integridade e moralidade de todo o pessoal que integre o sistema de avaliação das eleições; e
- Estabelecer um ambiente favorável para a real participação da Sociedade Civil nas actividades políticas pois ela é o garante da “democracia”.

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

Capítulo IV. Integração Regional

4.1. Abordagem Geral

África encontra-se marginalizada da economia mundial devido os enormes desafios de crescimento económico e desenvolvimento. Assim a União Africana (UA) definiu como visão estratégica construir uma África unida e integrada alicerçada pela integração política, económica, social e cultural. A Comissão da União Africana (CUA) e a Comissão Económica das Nações Unidas para a África (CEA) são as principais entidades de apoio para a concretização da visão estratégica da União Africana, a Agenda 2063.

A integração total do continente permitiria a África superar os seus desafios de desenvolvimento, porque a sinergia económica seria obtida na medida em que a vantagem económica de toda a Comunidade Económica Africana é maior do que a soma dos benefícios económicos dos Estados Membros separados. A necessidade de uma integração total é também impulsionada por uma nova ordem económica mundial, com a formação de blocos regionais em todos os continentes, globalização sem fronteiras, avanços na tecnologia de informação e comunicação (TIC) e negociações comerciais multilaterais no âmbito da Organização Mundial do Comércio OMC) entre outros.

O papel da CUA, resumidos na visão estratégica da Comissão, surgiu do Acto Constitutivo que estabeleceu a União Africana, a Declaração de Sirte de 9 de Setembro de 1999, o Tratado de Abuja, e o Plano de Acção de Lagos. Embora tenha estado envolvida nos programas de integração regional desde 1958 foi na Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, em Banjul, Gambia, em 2006, que se atribuiu a CEA a incumbência de continuar a desempenhar um papel essencial na assistência e facilitação do trabalho da UA e das Comunidades Económicas Regionais (CERs) na promoção da agenda de desenvolvimento no continente.

A CUA e CEA tornaram a promoção e o reforço da agenda de integração regional continental o pilar das suas actividades. Neste sentido, as duas instituições têm estado a apoiar os esforços para acelerar a integração política e socioeconómica do continente e promover a criação de condições e ambiente apropriados para permitir que o continente represente o seu papel legítimo na economia mundial. As duas instituições continuam ainda a apoiar as instituições regionais que realizam a agenda de integração regional, incluindo as CER's e a participar nas iniciativas e actividades transfronteiriças nos sectores essenciais para essa agenda.

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP
Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a
Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

O objectivo final da Comissão Económica para a África (CEA) é criar um mercado comum africano, através do desenvolvimento das comunidades económicas regionais já que se observa que são o instrumento mais adequado para desenvolver o comércio exterior e a integração do mercado africano.

A Acta Constitutiva da União Africana (UA) deixa claro que o principal objectivo da União é estabelecer uma Comunidade Económica Africana e atribui às comunidades económicas regionais a responsabilidade primordial de conseguir este objectivo. Um passo intermédio neste esforço é a transição das comunidades económicas regionais em uma união alfandegária.

A União Africana reconheceu, apesar de existir 13 comunidades, 8 Comunidades Económicas Regionais (CER's) como pilares para a integração regional Africana, a saber: CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental); CEEAC (Comunidade Económica dos Estados da África Central); CEN-SAD (Comunidade dos Estados Sahelo-Saharianos); COMESA (Mercado Comum da África Oriental e Austral); EAC (Comunidade da África Oriental); IGAD (Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento); SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral); e UEMOA (União Económica e Monetária do Oeste Africano). A racionalização se refere ao reconhecimento por parte da União Africana dos blocos sub-regionais que fariam parte de sua estratégia para a consolidação da Comunidade Económica Africana (CEA), e cujas políticas deveriam ser trabalhadas de forma harmónica.

O acordo tripartido EAC, COMESA e SADC é uma parceria extremamente importante que demonstra o esforço destes blocos no sentido do estabelecimento de um mercado comum com múltiplos benefícios para os estados membros destes blocos.

O principal passo definido para a integração regional foi a criação de uma Zona de Livre Comércio Continental Africana. Para tal definiu-se o estabelecimento de condições favoráveis para a potencialização do comércio a nível das comunidades económicas regionais através de maior facilidade no âmbito da realização do comércio. Neste sentido preconiza-se a definição de tarifas comuns, moeda comum intra-regional, eliminação de barreiras tarifárias e não tarifárias, harmonização dos direitos de comércio a nível da região, etc.

Os quatro pilares da integração regional na África, são: comércio exterior e a integração dos mercados; harmonização das políticas sectoriais; convergência macroeconómica, política, financeira e a integração monetária; e paz, segurança, estabilidade e governação.

Actividades planificadas pela CEA para integração Regional

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

A agenda de integração regional da CEA continua a ser conciliada com a clara visão e os objectivos da UA. Neste sentido, a maior parte das suas actividades são realizadas com a grande colaboração da CUA e do BAD (Banco Africano de Desenvolvimento). Esta agenda, nos próximos anos, incluirá: a promoção da cooperação e integração regionais em conformidade com a visão do Acto Constitutivo e do Tratado de Abuja da União Africana; a promoção do comércio intra-africano; concessão de apoio institucional às CER's; e promoção do desenvolvimento de infra-estruturas e dos recursos naturais (transporte, energia, água e indústria mineira), no âmbito das iniciativas da NEPAD que visam a intensificação da integração do continente.

Para alcançar estes objectivos e metas, a CEA deve realizar vários programas que incluem o seguinte:

- Avaliação da integração regional em África
- Observatório sobre integração regional em África
- Assistência técnica sobre o reforço de capacidades e cooperação
- Iniciativas sobre Infra-estrutura e Recursos Naturais

Entre as iniciativas para a integração regional africana, destacamos as seguintes: Plano de acção para impulsionar o comércio a nível da região africana (Action Plan for Boosting Intra-African Trade), o Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas da África (PIDA), CAADP (Plano abrangente para o desenvolvimento agrícola em África, A Organização para a Harmonização do Direito de Comércio na África (OHADA), Acordo Tripartido COMESA-EAC-SADC (África), O plano (roteiro) para o estabelecimento da Zona de livre-comércio continental africana (CFTA) que deverá incluir a Livre circulação de bens, serviços, capital e pessoas.

As cadeias de valor africanas estão também marginalizadas em relação as cadeias de valor mundiais, devido inúmeros desafios tais como fracas infra-estruturas, baixa industrialização e produtividade que oneram bastante os custos operacionais do comércio na África e limitam a sua competitividade.

A Comissão da União Africana representa a vontade dos Estados membros da União Africana, a NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África) é o executor das actividades preconizadas pela CUA e a Comissão Económica das Nações Unidas para África (CEA), regista e fornece informações importantes para a tomada de decisões importantes através das suas publicações, e o BAD é o principal financiador das actividades da União Africana juntamente aos seus parceiros Banco Mundial, FMI, etc.

A integração regional do continente africano seria um ganho enorme não só para o continente, mas também para o mundo como um todo, por isso a globalização

"Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção"

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

deverá ser um motor galvanizador para que essa integração se efective para o bem da humanidade.

4.2. Nível de Integração Regional em África

Buscou-se fortemente a integração monetária em 5/8 CER's, mas houve progresso insuficiente nos indicadores de convergência.

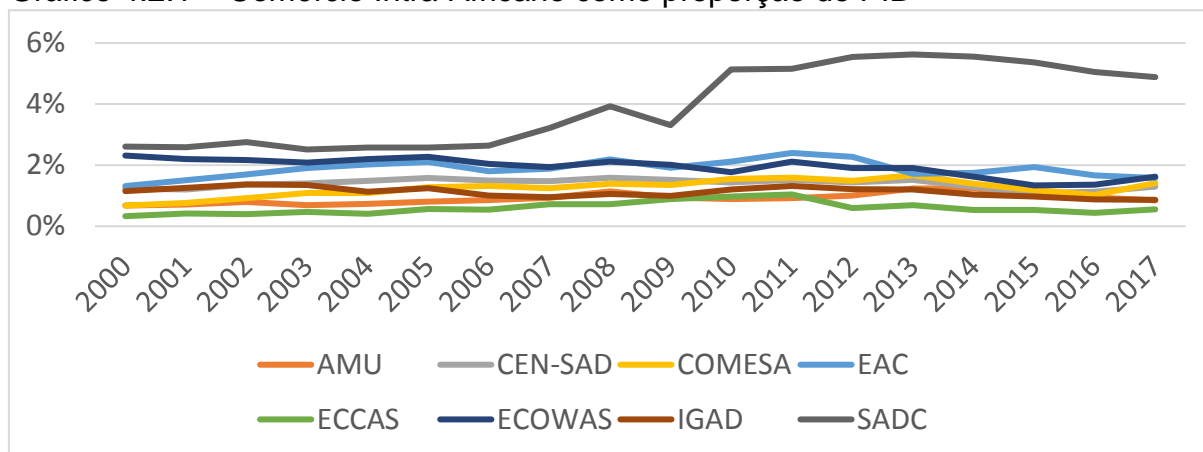
No âmbito do comércio, com excepção da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), o comércio intra-africano continua baixo.

Houve importante integração dos serviços, ou seja, mais de 53% do Produto Interno Bruto (PIB) da África proveio dos serviços.

Registou-se progresso gradual no livre trânsito, porém é necessário ratificar o Protocolo da União Africana (UA).

Os desafios de integração continuam e inclui o seguinte: energia e infra-estrutura de desenvolvimento limitada, sobreposição de membros das CERs; e recursos financeiros limitados.

Gráfico 4.2.1 – Comércio Intra-Africano como proporção do PIB



Fonte: ARII IX, 2019 Conferência de Ministros

Progressos no âmbito do estabelecimento da Zona de Livre Comércio Continental Africana (ZLCCA)

Em destaque: 52/55 Estados membros da União Africana assinaram o acordo tendo 19 ratificado. Texto finalizado sobre todos os 4 protocolos e 10 dos 12 anexos: Cronograma das Concessões e RoO – data final Julho de 2019, compromissos específicos em serviços até o fim de 2019.

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

CEA através da ZLCCA prevêem ter benefícios positivos para o bem estar de todos os países africanos sem excepção: acelerando o PIB total e as exportações da África.

Desafios internos e externos para o estabelecimento da Zona de Livre Comércio Continental Africana

- ZLCCA aspira explicitamente a uma maior integração: objetivo declarado ao “estabelecer as bases para o estabelecimento de uma União Alfândegaria Continental.
- Deve-se tomar cuidado e zelar para que o cenário das políticas comerciais da ZLCCA estejam alinhadas com as Áreas de Livre Comércio (ALCs).

Investimento na Zona de Livre Comércio Continental Africana

Protocolo da ZLCCA sobre o Investimento

- A paisagem de investimento da África esta fragmentada: 854 BITs (512 em vigor), dos quais 169 são intra-africanos (44 em vigor) - muitos sobrepostos e “geração antiga”, muitas vezes com ISDS (condição suficiente para um mercado ser seguro, transparente e acessível), vulneráveis a compras de tratados e espaço político.

Protocolo da ZLCCA sobre os Direitos de Propriedade Intelectual

- Os compromissos dos Direitos de Propriedade Intelectual da África estão fragmentados: 44 países membros da Comércio dos Direitos de Propriedade Intelectual da OMC (Organização Mundial do Comércio), outros em diferentes acordos de Propriedade Intelectual (PI) e zonas de livre comércio com Direitos de Propriedade Intelectual
- Foram propostos três (3) modelos para integração nos Direitos de Propriedade Intelectual: a) cooperação regional e partilha de experiência, b) sistemas regionais de registos, c) Unificação das leis de Propriedade Intelectual.

Protocolo da ZLCCA sobre a Política Competitiva

O regime de concorrência da África é irregular e incompleto: apenas 23 países têm leis de concorrência aplicadas pelas autoridades da concorrência.

Concorrência impulsiona o crescimento: cartéis, abuso de poder, práticas anticompetitivas, etc. cruzam fronteiras e limitam o desenvolvimento na África.

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

O quadro da concorrência da ZLCCA pode basear-se nos esforços empreendidos nas CER's incluindo EAC, ECOWAS, COMESA, CEMAC e WAEMU.

Comércio eletrónico na África digitalizada

O comércio electrónico esta a mudar as economias africanas: por todo o mundo vendas pelo comércio electrónico em 2016 atingiram \$26tr, e menos de 5% da população esta a usar internet em Niger, República Centro Africana, Guiné-Bissau, Somalia and Eritrea.

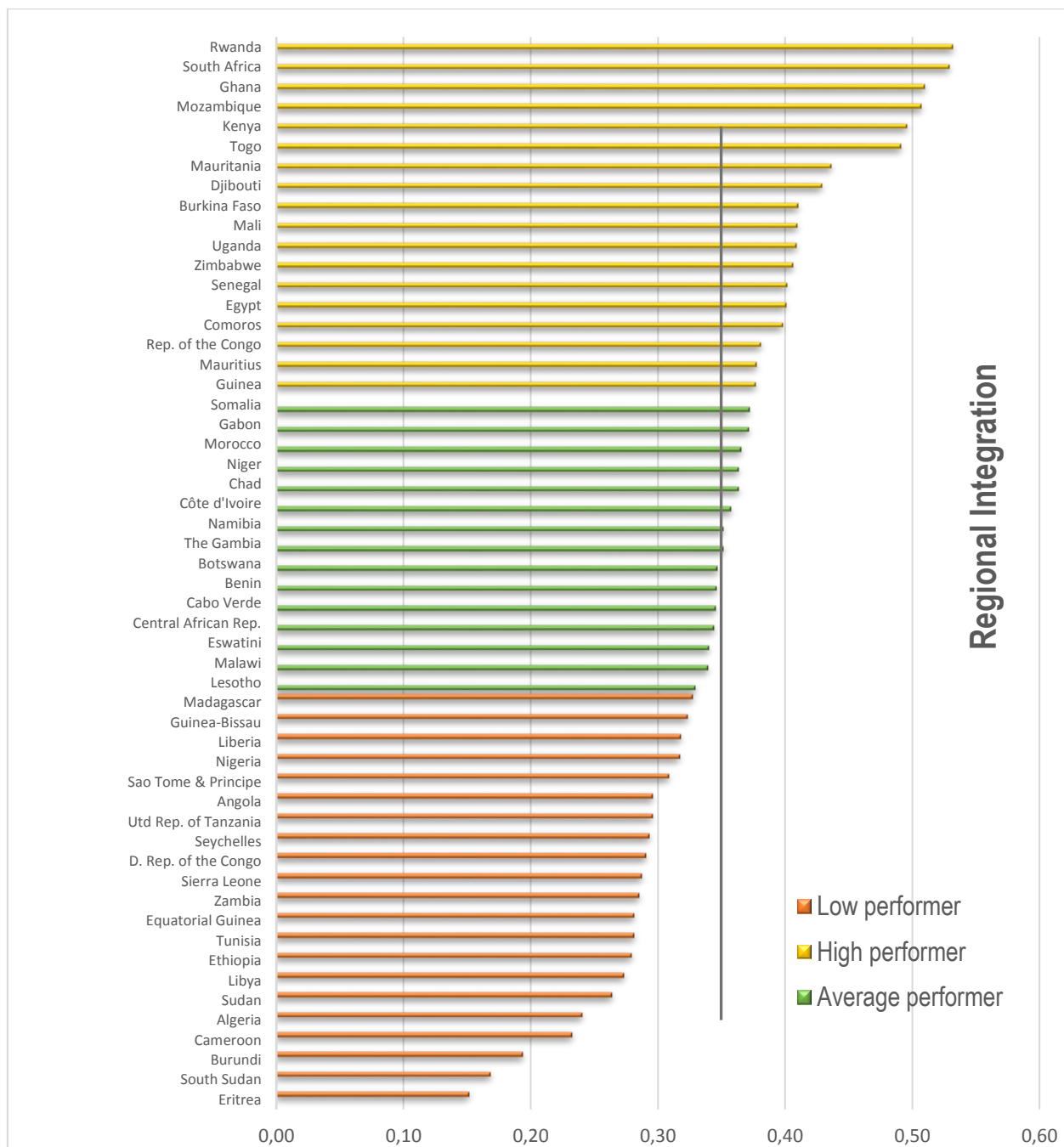
O ambiente politico do comércio electrónico esta a evoluir: cooperação na África pode impedir barreiras digitais e inibir o rompimento da África por gigantes da tecnologia.

Regulamentos digitais consistentes em África: podem criar ambientes em que as empresas (digital ou não) podem competir justamente e simplificar os regulamentos para o comércio electrónico.



EENI - Global Business School

Gráfico 4.2.2 Integração Regional do Continente Africano



Fonte: Ilustrações do Relatório ARII IX 2019

O gráfico acima evidencia os níveis de desempenho (Baixo, Médio e Alto) dos vários países da África Subsaariana no que concerne a Integração Regional no Continente Africano.

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

4.3. Comunidade Económica dos Estados da África Central e São Tomé e Príncipe

A Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) tem vindo a reforçar a sua posição no contexto internacional, e paralelamente, tem vindo a construir uma zona de comércio livre entre os seus Estados Membros (EM).

Em termos de crescimento do PIB intra-região, no período 2008-2012, registou um crescimento médio de 7,44% ao ano.

Sectores relevantes na região:

Sector agrícola: café, cacau, borracha, banana e tabaco.

Sector florestal: madeira

Sector extractivo: petróleo, cobre, cobalto, diamante, níquel, ouro, estanho, fosfato, urânio, magnésio e ferro.

Sector do turismo: potencial de **São Tomé e Príncipe**.

Com o objectivo de impulsionar o processo de integração a CEEAC definiu um programa que visa minimizar a representatividade dos produtos que não beneficiam da zona de comércio livre, e iniciar o processo de liberalização da circulação de pessoas, bens e capital. Este programa inclui o desenvolvimento de infra-estruturas regionais.

Sendo o nível de complementaridade entre os Estados membros (EM) da CEEAC reduzido a intensificação das trocas comerciais é um dos seus objectivos, pelo que se torna necessário o incremento da especialização em cada Estado Membro (EM) e conseqüentemente o desenvolvimento de cadeias de valor regionais.

São Tomé e Príncipe é a economia mais pequena da CEEAC, apresenta ainda um nível reduzido de relações comerciais com os restantes membros, tendo só Angola como parceiro comercial.

Contudo, dada a sua localização geográfica, e assumindo a diminuição dos custos de contexto, São Tomé e Príncipe poderia a médio prazo desempenhar um papel de “porta de entrada” para região, por parte dos países da CPLP, bem como por parte de países terceiros.

No comércio extra-regional os principais mercados de exportação são países como, a China, os EUA e Taiwan, que representam cerca de 67% do total das exportações. As matérias primas têm uma grande relevância na estrutura de

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP
Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a
Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

exportações da CEEAC, destacando-se, entre estes o petróleo e os seus derivados.

Representa um mercado potencial na ordem dos 140 milhões de consumidores distribuídos pelos seus estados membros com características (perfil do consumidor, cultura) muito distintas

Em termos de comércio extra-regional, os principais produtos que a região importa têm origem em países industrializados, sendo de destacar o peso relativo da China, dos Estados membros da União Europeia (EU), dos EUA e da África do Sul.

No top dos produtos mais importados pela CEEAC são de destacar a maquinaria e equipamentos de transporte, e produtos manufacturados.

4.4. Promoção da Integração Regional por STP

Para acelerar a sua integração a nível regional e continental, o chefe de Estado e do Governo Santomense, deverão esforçar-se para:

Transformar efectivamente o país na porta de entrada da Comunidade Económica dos Estados da África Central, melhorando suas infra-estruturas em termos de transportes aéreos e marítimos;

Melhorar sua produtividade agrícola buscando implementar o CAADP (Programa abrangente para o desenvolvimento agrícola da África) adaptado ao nível local, e além disso trabalhar mais no aumento de produtividade com todos os parceiros interessados (locais e estrangeiros);

Ultrapassar os seis principais desafios bloqueadores do potencial crescimento económico de STP, executando acções que visam transformar STP “De um pequeno país a um país singular;

Melhorar a cadeias de valor nacional, criando um ambiente de negócios mais atractivo e propício a atracção de investimento directo estrangeiro, o que implica algum investimento em energias renováveis e políticas aduaneiras que reduzam os custos das operações a nível local;

Investir num porto em águas profundas que albergue navios de grandes dimensões como forma de potencializar o comércio externo.

Investir na capacitação de guias turísticos, saneamento do meio, combate da extracção de inertes e de criminalidades. Acções que certamente contribuirão

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP
Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a
Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

para elevar ainda mais a imagem do país como um dos maiores destinos turísticos a nível mundial.

Tirar melhor partido da Zona de Livre Comércio Continental Africana (ZLCCA)

São Tomé e Príncipe deverá esforçar-se para apoiar o estabelecimento da ZLCCA através de estratégias nacionais específicas direccionadas, a saber:

- Traduzir as promessas feitas a nível continental e regional em acções concretas;
- Dar a devida importância a integração da energia, infra-estruturas e seguimento e avaliação do Índice de Integração Regional Africana (ARII);
- Deve ratificar imediatamente, sem demora o Acordo de Estabelecimento da Zona de Livre Comércio Continental caso ainda não o tenha feito;
- Concluir rapidamente o trabalho técnico restante;
- Seguir a entrada em vigor com uma implementação eficaz;
- Investimento: visando entre outras coisas estabelecer o mercado da zona de livre comércio continental promover encontros entre empresas estrangeiras, nacionais e o Guichê Único para o investimento.
- Capacidade productiva: a) usar a política industrial para criar um ambiente favorável; b) usar estratégias específicas sectoriais com foco nos districtos e na Região Autónoma do Príncipe (RAP)
- Facilidade de comércio: a) mecanismos das ZLCCA; b) infra-estruturas padrão; Regime de comercio simplificado da ZLCCA;
- Infra-estrutura: implementar o PIDA e usar gestão estratégica de logística;
- Defesa de importação: reunir condições para instituições nacionais de defesa comercial e concorrência; garantir o monitoramento e avaliação dos fluxos comerciais de importação;
- Buscar mecanismos para o melhor aproveitamento possível do acordo sobre a livre circulação de bens e pessoas.
- Implementar e fazer o seguimento e avaliação das acções locais com vista a implementação do Plano de Acção para aceleração do comércio a nível regional (BIAT) da União Africana.

Enfim acredita-se que a adopção destas medidas certamente levaria São Tomé e Príncipe a estar melhor posicionado no ranking da integração regional do continente africano e por conseguinte levariam o país ao crescimento económico e desenvolvimento sustentável tão ambicionado.

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

Capítulo V. Plano de Cooperação Internacional Estratégico para o Desenvolvimento de STP

5.1 Abordagem sobre a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID)

No Sistema Internacional, o desenvolvimento histórico da CID se deu primeiramente com a interacção entre os países. Em seguida, foi acompanhado directamente pelo processo de legitimação das relações multilaterais dadas pelas associações de vários países por meio do desenvolvimento de importantes Organizações Internacionais. Dentre elas se destacam as seguintes: Organização das Nações Unidas (ONU); Organização para a Cooperação Económica e Desenvolvimento (OCDE); Banco Mundial; e Fundo Monetário Internacional (FMI). Além dessas organizações, alguns fóruns multilaterais que são ambientes de discussão entre mais de três Estados desempenharam papéis fundamentais.

A CID representa o conjunto de acções promovidas por actores internacionais para gerar desenvolvimento sustentável, justo e inclusivo. Esses actores podem ser tanto entes públicos quanto privados. Como exemplos têm-se Estados Nacionais, organizações internacionais, organizações da sociedade civil, associações privadas, entre outros.

Deve-se ter em mente que a aplicação da CID se dá a partir de projectos e programas de desenvolvimento. Em geral, as coordenações de esforços dos actores da CID são para financiamento, articulação, concepção, execução, avaliação, monitoramento e prestação de contas de projectos e programas.

Em termos oficiais, considerando o Estado como actor formulador e financiador da cooperação, pode-se diferenciar:

Cooperação financeira:

Doação de dinheiro ou concessão de empréstimos por parte de organismos internacionais, bancos multilaterais e regionais, ou bancos e agências de desenvolvimento de países doadores.

Ajuda externa:

O Estado envia recursos financeiros a projectos e programas, independentemente do actor a receber o recurso (Estado nacional, organização da sociedade civil, municípios, associações privadas, entre outros).

Ajuda Bilateral ou Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD):

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

O Estado envia recursos financeiros directamente a governos nacionais ou instituições multilaterais para a execução de projectos e programas.

Ajuda multilateral:

Envio de recursos por parte de organizações internacionais, bancos regionais ou multilaterais a governos nacionais para a execução de projetos e programas. Outras instituições financeiras internacionais também podem realizar esse envio de recursos.

Cooperação técnica:

Compartilhamento de conhecimentos, experiências e boas práticas entre governos nacionais, podendo ter a participação de organizações internacionais na aplicação dos projectos. Nota-se que os recursos enviados, sejam financeiros ou técnicos, não devem servir para financiar interesses comerciais ou políticos, como financiamento de actividades de partidos.

Actualmente existem dois mecanismos utilizados para classificar os países que são: o Produto Interno Bruto (PIB) local e o Índice de Desenvolvimento Humano. No que concerne as formas de classificar os países, temos hoje duas terminologias que concorrem no campo da CID:

- Centro, Semiperiferia e Periferia. No “Centro” constam os países desenvolvidos, na semiperiferia os “emergentes”, e na periferia os “subdesenvolvidos”;
- Países do Norte – países desenvolvidos – e Países do Sul – inclui nações subdesenvolvidas e emergentes industrializadas.

Essa última classificação é a mais utilizada pelos actores da CID actualmente, inclusive para distinguir as modalidades da Cooperação: Cooperação Norte-Sul; Cooperação Sul-Sul; Cooperação Triangular ou Trilateral.

Quando se fala em uma cooperação pautada pelo norte, o principal aspecto da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento a ser pensado é o financiamento de projectos e programas de desenvolvimento no Sul Global. Outros aspectos giram em torno disso: controle de qualidade dos projectos, prestação de contas, estabelecimento de prioridades de linhas de actuação e, dependendo do país doador ou organismo internacional envolvido, a imposição de condicionalidades.

Quando se fala de cooperação Sul-Sul, refere-se a:

- Cooperação económica: favorecimento do comércio entre países em desenvolvimento, com o objectivo de reduzir as desigualdades entre países do Norte e do Sul.

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

- Cooperação política: movimento de solidariedade e coesão na tomada de decisão em fóruns multilaterais, como a Assembleia Geral da ONU, por grupos como o G-77 e o Movimento dos Países Não Alinhados (MNOAL)
- Cooperação técnica: compartilhamento de conhecimento, experiências, progresso técnico, tecnologias apropriadas, contribuições financeiras entre países em desenvolvimento. É formalmente chamada de Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) e abrange actores dos países em desenvolvimento: governos nacionais, agências subnacionais, organizações não-governamentais e sector privado. Podem também auxiliar organizações internacionais e os Estados desenvolvidos.

Cooperação trilateral ou Cooperação triangular consiste em alinhar investimentos e conhecimentos dos organismos internacionais e dos países desenvolvidos por meio de propostas de cooperação baseadas em determinados valores e princípios.

Em suma a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) é um campo estratégico de actuação dos países. Não se trata apenas da simples colaboração entre as nações. Nessa área, os diferentes actores como Estados, organizações internacionais e instituições da sociedade civil articulam-se para desenvolver projectos que visam impactos económicos, sociais e ambientais, etc.

5.2 Cooperação Internacional para o Desenvolvimento Sustentável

O nível de implementação do Objectivo 17 dos ODS da Agenda 2030 das Nações Unidas, “Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável” descreve perfeitamente o cenário da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento Sustentável a nível mundial.

Segundo informações disponibilizadas pelo site do Centro de Integridade Pública de São Tomé e Príncipe concernente a isto, o balanço da implementação deste objectivo foi o seguinte:

A Assistência Oficial ao Desenvolvimento (OAD) levantou aproximadamente 135 bilhões de dólares em 2014.

Em 2014, 79% dos produtos de países em desenvolvimento entraram no mercado “duty-free” de países desenvolvidos.

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

A dívida dos países em desenvolvimento continua estável, beirando 3% do rendimento de exportação.

O número de usuários da internet na África quase dobrou nos últimos quatro anos.

Em 2015, 95% da população mundial tem cobertura de sinal de celular.

30% da juventude mundial é de nativos digitais, activos online por pelo menos cinco anos.

A população mundial apresentou aumento do uso da internet de 6% em 2000 para 43% em 2015.

No entanto, mais de 4 bilhões de pessoas não usam Internet, e 90% delas são de países em desenvolvimento.

5.3 Cooperação Internacional para o Desenvolvimento em STP

Segundo a Estratégia combinada STP BAD, 2018-2022 (Capítulo III, pág.8):

“A coordenação e harmonização das ajudas melhorou nos últimos anos. Foram organizadas reuniões trimestrais com representantes do Ministério das Relações Exteriores e parceiros no terreno. Também foram feitos esforços para estabelecer grupos de trabalho de doadores focados em três grupos temáticos: (i) coesão social; (ii) governação e transparência; e (iii) economia e crescimento resiliente. Embora exista uma discussão em curso sobre os grupos de trabalho, as reuniões do grupo têm sido presididas pelo governo ou pelo Coordenador Residente do PNUD.”

Quanto a implementação do objectivo 8 do ODM “Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento”, o Terceiro Relatório Nacional Dos Objectivos Do Milénio (pág. 64), afirma que:

“O país conseguiu reduzir significativamente a sua dívida externa em 2007. Em 2013 o valor do endividamento do país atingia 75,79% do PIB. O desafio agora é mantê-la num nível sustentável.

O telefone móvel está se tornando mais acessível em todos os recantos do país e o acesso às TIC, de custo particularmente elevado na cidade de São Tomé, fazem com que São Tomé e Príncipe se abra cada vez mais à economia global.

As autoridades reconhecem a necessidade de melhorar a diplomacia regional para uma melhor integração na economia mundial e sua adesão à OMC e também a melhoria da cautela orçamental para evitar o pesado fardo do endividamento.

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

No âmbito da Meta 8D, os principais desafios salientados foram os seguintes: manutenção de níveis sustentáveis de endividamento público e ao mesmo tempo conseguir recursos para a materialização dos objectivos de desenvolvimento, em particular a redução da pobreza; adopção de políticas públicas e de uma estratégia de endividamento prudente, compatível com a sustentabilidade de longo prazo da dívida pública; racionalização dos recursos existentes, priorizando as opções de investimento com impacto no crescimento económico e aumento das receitas públicas que permita melhorar a capacidade de reembolso dos créditos contraídos; adopção de novas formas de financiamento de investimento público não geradores de dívidas, como as Parcerias Público Privadas (PPP), reformas públicas com vista ao aumento das exportações.

De acordo com o Quadro. “Tendências do ODM 8: Desenvolver parceria mundial para o desenvolvimento” não se apresentou nenhum dado que evidencie a tendência relativamente as seguintes metas: Meta 8.A: Desenvolver o Sistema mundial de comércio e financeiro que seja aberto, regrado, previsível e não discriminatório; Meta 8.B: Dar atenção às necessidades especiais dos países menos desenvolvidos; e a Meta 8. C: Dar atenção às necessidades especiais dos países encravados e dos pequenos estados insulares em desenvolvimento.”

O nível de implementação do objectivo 8 dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM's) demonstram que São Tomé e Príncipe tem enormes dificuldades para se posicionar activamente de forma a tirar melhor proveito possível da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.

5.4 Proposta de um Plano de Cooperação Internacional Estratégico para o Desenvolvimento de STP

A elaboração da proposta do Plano Cooperação Internacional Estratégico para o Desenvolvimento de STP foi baseada nas áreas prioritárias nacionais definidas no Plano Nacional de Desenvolvimento 2017-2021 (PND 2017-2021).

O referido plano possui dois pilares: (i) Promoção de crescimento económico sustentável e inclusivo; e (ii) Reforçar a coesão social. Os subcomponentes do PRSP III são: (i) promoção da diversificação económica; (ii) desenvolvimento de infra-estrutura socioeconómica (ou seja, energia, porto de águas profundas, TIC); (iii) promoção da boa governança e reforma do sector público; (iv) exaltar o capital humano; e (v) gestão da terra e protecção do meio ambiente.

O referido plano levará em conta os parceiros de cooperação externa estratégicos para a implementação da agenda de transformação de São Tomé e Príncipe.

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

O exercício visa salientar os parceiros internacionais estratégicos apresentando as áreas estratégicas foco das parcerias visando acelerar a agenda de transformação nacional conforme o Plano Nacional de Desenvolvimento 2017-2021. O que não significa que os outros parceiros externos com os quais a Nação estabelece parcerias não mencionados seja menos relevante. Assim para cada parceiro seleccionado apresentar-se-á os objectivos da Cooperação e as áreas estratégicas de cooperação.

5.4.1 Parceiros Bilaterais

Portugal

Portugal é um país europeu, membro da União Europeia e da CPLP, que no passado se estabeleceu nas ilhas visando a sua expansão económica e actualmente é um parceiro tradicional estratégico. São Tomé e Príncipe deverá esforçar-se para manter e reforçar as relações históricas, de amizade de cooperação com este parceiro que tantos benefícios tem trazido em prol do desenvolvimento das ilhas desde a sua independência. Assim, deverá fazer os possíveis para estabelecer uma Cooperação Sul-Sul sólida e duradoura que se focará nos seguintes aspectos: reforma da administração pública e da justiça, boa governação, comércio (livre circulação de pessoas, bens e serviços), educação (assistências técnicas para o reforço do sistema educativo nacional e disponibilização de bolsas de estudo em cursos técnicos e superiores), saúde (assistências médicas e medicamentosas), cultura (estabelecimento de ONG's que foquem no resgate do sentimento de patriotismo local), gestão do mar (fortalecimento da patrulha marinha nas águas locais) em prol do seu crescimento económico inclusivo e desenvolvimento sustentável e resgate da coesão social .

China

São Tomé e Príncipe que no passado havia cortado os laços com a República Popular da China (Estado membro da BRICS) retomou em meados de 2017 as Relações Diplomáticas com este potencial parceiro. A retoma das relações deverá pautar-se pela Cooperação Sul-Sul e se focará nos seguintes domínios: reforço financeiro ao orçamento geral do Estado (O.G.E), financiamento das infra-estruturas socioeconómicas (aeroporto, porto em águas profundas, etc.), Saúde (assistência técnica e financeira para eliminação do Paludismo), agricultura, educação (bolsas de estudo em cursos médios e superiores) e Comércio. Deverá esforçar-se para promover um ambiente de negócios propício a atracção de investimento directo estrangeiro (IDE) Chinês que incluiria também

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP
Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a
Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

a criação de um Banco privado Chinês destinado ao financiamento de micro e pequenos empreendedores.

Angola

Angola (estado membro da SADC) partilha fortes laços históricos de amizade e cooperação com o Estado Santomense sendo o principal fornecedor de combustíveis e lubrificantes. O governo santomense deverá reforçar a cooperação Sul-Sul existente entre ambos os países, colocando em marcha as seguintes acções: estabelecimento de um plano para quitar num determinado período o débito existente no quadro de fornecimento de combustíveis e efectivar a sua implementação; buscar desenvolver parcerias técnicas no âmbito da exploração de minérios; promover a efectiva implementação da livre circulação de pessoas, bens e serviços estabelecida no âmbito do estabelecimento da Zona de livre comércio continental (ZLCCA).

Brasil

São Tomé e Príncipe partilha de fortes laços históricos e de amizade com a República Federativa do Brasil, economia emergente e estado membro do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e da UNASUL (União das Nações Sul-Americanas).

Sendo um parceiro de cooperação estratégico para o desenvolvimento do país, será necessário o reforço da cooperação sul-sul para tirar maior partido possível desta parceria através da Agência Brasileira de Cooperação, nas seguintes áreas: saúde (reforço institucional do Laboratório Nacional de Referência da Tuberculose), educação (bolsas de estudos para cursos técnicos e superiores em áreas prioritárias nacionais), comércio (partilha da expertise técnica no âmbito da gestão de negócios) e cultura (reforçar suas acções para promover o patriotismo no seio dos Santomenses).

Guiné-Equatorial

São Tomé e Príncipe possui excelentes relações históricas de amizade e cooperação com a Guiné Equatorial. Recentemente este tornou-se membro da CPLP (Comunidade dos Países da Língua Portuguesa).

Ter-se tornado parte dos estados membros da CPLP, veio ampliar o leque de oportunidades no quadro da cooperação entre estes países. Por isso a cooperação sul-sul deverá focar-se nas seguintes áreas: a educação (bolsas de estudos para cursos técnicos e superiores em áreas prioritárias nacionais), gestão de recursos naturais (exploração racional e sustentável dos blocos de petrolíferos conjuntos) e comércio (estabelecer negociações para a importação



EENI - Global Business School

de gás e exportação de produtos especializados de STP e prestação de serviços linguísticos).

Estados Unidos da América (EUA)

São Tomé e Príncipe possui excelentes relações diplomáticas com os Estados Unidos e já beneficiou de vários programas e projectos resultado da Ajuda Oficial para o Desenvolvimento dos Estados Unidos. O Estado deverá reforçar a cooperação sul-sul com este parceiro estratégico nas mais diversas áreas, tais como: saúde, educação, tecnologia e comércio. A actividade comercial entre estas duas nações é quase inexistente por isso STP deverá esforçar-se para ratificar e tornar-se membro do acto de crescimento de oportunidades em África (AGOA) no sentido de potencializar o comércio com os Estados Unidos. Assim o país poderá por intermédio de dois programas de isenção de impostos, tirar melhor proveito da exportação para os EUA e posicionar-se melhor na economia mundial.

Reino Unido

Segundo a RFI, Reino Unido visa África no pós-Brexit. Durante o Fórum de Investimento Reino Unido – Africa 2020, ainda no discurso de abertura do evento, o primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, disse querer tornar o Reino Unido o "parceiro de investimento favorito" dos países africanos. São Tomé e Príncipe deverá tirar partido dessa vontade das autoridades políticas e administrativas do Reino Unido de investir na África. Para isso deverá estabelecer a cooperação sul-sul visando particularmente a economia, por meio do estabelecimento de condições que facilitem a atracção de investimentos estrangeiros provenientes deste país, o que iria impulsionar a economia e seria uma potencial fonte geradora de oportunidades de emprego para os jovens e não só.

Índia

Índia, estado membro do BRICS, economia emergente, possui um laço histórico muito forte com a África e há muito estabeleceu uma cooperação Sul-Sul para o crescimento económico e desenvolvimento sustentável visando não só apoiar a integração do continente na economia mundial, mas também conjugar os esforços da União Africana no estabelecimento da Comunidade Económica Africana. O investimento privado Indiano na África aumentou, com maior enfoque nos sectores de telecomunicações, informática, energia e automóveis.

A cooperação sul-sul com a nação santomense deverá focar-se nas seguintes áreas: comércio através do Regime de Preferências Tarifárias Livres de Impostos da Índia (DFTP) para os Países Menos Adiantados (PMA); partilha de expertise técnica no âmbito particularmente da construção nacional; e através

[“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção”](#)

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

do plano de acção para o reforço de cooperação entre a Índia e África, estabelecer parceria com STP nas seguintes áreas: (i) economia, (ii) política, (iii) ciência, tecnologia, investigação e desenvolvimento, (iv) desenvolvimento social e capacitação, (v) saúde, cultura e desportos, (vi) turismo, (vii) infra estrutura, energia e meio ambiente, (viii) os medias e as comunicações.

5.4.2 Parceiros Multilaterais

União Africana (UA)

Interiorizar e buscar mecanismos para implementar a visão da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) buscando meios para erradicar a pobreza e posicionar São Tomé e Príncipe no caminho do crescimento económico e desenvolvimento sustentável. Conjugando os principais objectivos da NEPAD que são: reduzir a pobreza, pôr a África na via do desenvolvimento sustentável, parar a marginalização da África e conseguir a autonomia da mulher.

Esforçar-se para implementar o Programa de Infra-estruturas para o Desenvolvimento da África (PIDA), com vista a melhoria das infra-estruturas socioeconómicas santomense.

Através do Programa abrangente para o desenvolvimento agrícola em África (CAADP) da União Africana melhorar a produtividade e a qualidade agrícola para potencializar a exportação.

Buscar mecanismos para implementar o plano para aceleração do comércio intra-africano (Plano BIAT) da União Africana a nível local e fazer o seu seguimento e avaliação para acelerar o comércio.

O Estado Santomense consciente da importância do estabelecimento da Comunidade Económica Regional africana deverá esforçar-se para cumprir as metas em termos de acções no sentido do Estabelecimento da Zona de Livre Comércio Regional no continente Africano. Melhorar o comércio, a produtividade e a real integração no Bloco da CEEAC seria um excelente passo neste sentido.

São Tomé e Príncipe deverá estabelecer parcerias comerciais com os países membros do Acordo Tripartido COMESA-EAC-SADC, pois este acordo é extremamente importante para o mercado único previsto e a integração continental da Comunidade económica Africana (CEA).

Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

O Banco Africano de Desenvolvimento é a primeira instituição financeira de desenvolvimento do continente africano e tem como principal objectivo promover o crescimento sustentável para a redução da pobreza através do financiamento de projectos e programas de desenvolvimento, por meio de créditos, investimentos e assistência técnica aos Países Membros Regionais (PMR).

São Tomé e Príncipe deverá manter e reforçar sua cooperação com este potencial parceiro estratégico para continuar a beneficiar de sua assistência técnica (em diversos domínios) e financeira (doações e empréstimos) para a concretização de seus programas e projectos no sentido de atingir a ambiciosa agenda de transformação do país.

Dever-se-á também alinhar as acções estratégicas dos principais eixos orientadores da agenda de transformação nacional com a estratégia do Banco destinada a apoiar e promover a transformação económica de África para o período 2013-2022.

União Europeia (UE)

São Tomé e Príncipe deverá continuar a tirar partido da assistência técnica e financeira da União Europeia nas mais diversas áreas de crescimento económico e desenvolvimento nacional.

São Tomé e Príncipe deverá esforçar-se para tirar vantagem dos inúmeros benefícios no âmbito da parceria União Europeia e a África por intermédio do Acordo de Cotonu (UE- África).

São Tomé e Príncipe deverá buscar satisfazer os critérios de elegibilidade e as condições prévias necessárias para aceder ao Fundo Fiduciário UE-África para as infra-estruturas (FFUEAI) visando a melhoria das infra-estruturas socioeconómicas a nível local. Isto contribuiria para a mobilização de financiamento adicional para projectos, aumentando assim o acesso aos serviços de energia, transportes, água e comunicações, e contribuiria para reduzir a pobreza e ajudar a promover um crescimento económico sustentável.

STP deve esforçar-se para continuar a beneficiar do Sistema de preferências generalizadas da União Europeia («Tudo menos armas»), para permitir o acesso livre de tarifas aduaneiras às importações de todos os produtos dos Países Menos Adiantados, excepto armas e munições, sem restrições quantitativas (com a excepção do baiano, o açúcar e o arroz por um período limitado).

Organização das Nações Unidas (ONU)

São Tomé e Príncipe tem beneficiado de Assistências Técnicas e Financeiras de programas, fundos e agências especializadas do Sistema das Nações Unidas. Acredita-se que a nível local o desempenho da ONU é notório e as vantagens

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

cobrem certamente todos os pilares que constituem a agenda de transformação de São Tomé e Príncipe. Por isso a cooperação deverá focar-se no seguinte:

- Esforçar-se para melhorar a sua imagem neste organismo internacional pagando a sua conta em atraso, para exercer o seu pleno direito de voto na Assembleia geral;
- Fazer melhor seguimento das acções deste potencial parceiro estratégico o que lhe permitirá continuar a ter a radiografia real do país nas mais diversas áreas que afectam directamente o crescimento económico inclusivo e desenvolvimento sustentável local;
- Fazer um esforço para implementar na cultura organizacional das instituições públicas as boas praticas internacionais e recomendações feitas por este parceiro para melhorar a produtividade e a boa governação; e
- Potencializar o papel desempenhado pela Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA) tirando o maior partido possível da assistência técnica por ela prestada, particularmente no que concerne em fazer o melhor uso das informações e publicações disponibilizadas para a tomada de decisões.

Organização para a Cooperação Económica e Desenvolvimento (OCDE);

OCDE agrupa 30 países membros partilhando um compromisso de governação democrática, e economia de mercado. Com relações com outros 70 países, ONG's e sociedade civil, ela tem um alcance global. Melhor conhecida pelas suas publicações e estatísticas, seu trabalho cobre questões económicas e sociais desde macroeconomia, ao comercio, educação, desenvolvimento, ciência e inovação. A organização produz instrumentos, decisões e recomendações internacionalmente para promover regras do jogo nas áreas em que é necessária aliança mundial para os países individuais fazerem progresso numa economia globalizada.

Por isso São Tomé e Príncipe deverá buscar mecanismos para o estabelecimento de uma verdadeira parceria com este organismo visando o fomento da boa governação. Além disso deverá buscar partilhar visões com os estados membros para auxiliar os decisores políticos na tomada de decisões económicas mais acertadas em prol do desenvolvimento local.

Banco Mundial (BM)

O Banco Mundial, Instituição da Bretton Woods, ajuda governos em países em desenvolvimento a reduzir a pobreza por meio de empréstimos e experiência técnica para projectos em diversas áreas, tais como: a construção de escolas, hospitais, estradas e o desenvolvimento de projectos que ajudam a melhorar a

[“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção”](#)

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

qualidade de vida das pessoas. Seu financiamento esta alinhado com o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio/ODS.

São Tomé e Príncipe que tem beneficiado de sua assistência técnica e financeira deverá fazer um esforço para melhorar a sua gestão financeira, boa governação, reforma da administração pública e do sector da justiça para melhorar sua credibilidade ante este e buscar aceder a um financiamento maior deste potencial parceiro estratégico.

Fundo Monetário Internacional (FMI)

FMI, Instituição do Bretton Woods, em geral se encarrega de zelar pela estabilidade do sistema monetário e financeiro internacional e prevenir a crise financeira mundial. Para alcançar estes objectivos foca-se nas seguintes actividades: supervisão, assistência técnica e assistência financeira.

São Tomé e Príncipe vem beneficiando de várias supervisões, assistências técnicas e financeiras do FMI. Deverá por intermédio das autoridades políticas e administrativas locais buscar formas para de facto aumentar as suas receitas internas cumprindo as recomendações deixadas por este potencial parceiro, nomeadamente no que diz respeito a: reformas no sector fiscal, financeiro, económico, administrativo e jurídico para alcançar o crescimento económico sustentável.

Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico de África (BADEA)

BADEA é uma organização financeira dos estados membros de Liga Árabe, cujo objectivo é o de facilitar os empréstimos financeiros a projectos de desenvolvimento nos países africanos e proporcionar assistência técnica. São Tomé e Príncipe deverá buscar cumprir as condições de elegibilidade para aceder aos fundos desta organização visando financiar os projectos de infra-estruturas sócio económicas e fomentar o crédito para o empreendedorismo jovem. Assim deverá esforçar-se para alinhar suas acções com as definidas nos planos quinquenais desta organização. Recentemente o país acedeu ao financiamento do Fundo Kuwait, parceiro estratégico do BADEA, para a construção de infra-estruturas hospitalares.

Organização Mundial do Comércio (OMC)

A OMC tem os seguintes objectivos: a elevação dos níveis de vida, o pleno emprego, a expansão da produção e do comércio de bens e serviços, a protecção do meio ambiente, o uso óptimo dos recursos naturais em níveis sustentáveis e a necessidade de realizar esforços positivos para assegurar uma participação mais efectiva dos países em desenvolvimento no comércio internacional.

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

São Tomé e Príncipe deverá pautar-se pelos cinco princípios da OMC visando estabelecer um comércio internacional livre e transparente e além disso definir a Organização mundial do comércio como potencial parceiro estratégico para melhorar e impulsionar o comércio a nível nacional por meio da sua assessoria e assistências técnicas no âmbito do comércio que passa por maior abertura ao comércio mundial e eliminação das barreiras tarifárias e não tarifárias.

A nação deverá esforçar-se também para tirar vantagem do Centro de Comércio Internacional (INTRACEN) potencializando as exportações das pequenas empresas locais, o que vai ajudar o país a alcançar o desenvolvimento sustentável.

Camara de Comércio Internacional

A CCI é a voz do mundo empresarial. Defende a economia como uma força para o crescimento económico, a criação de trabalho e a prosperidade. Suas actividades cobrem as seguintes áreas: arbitragem e resolução de conflitos, defesa do livre comércio e do sistema de economia de mercado, a auto-regulação das empresas, a luta contra a corrupção e o crime comercial.

São Tomé e Príncipe deverá definir mecanismos base para a criação de um ambiente propício para que as empresas locais possam fazer parte deste organismo e torna-la um parceiro do Governo Santomense no âmbito do sector privado.

Organização para Harmonização na África dos Direitos de Comércio (OHADA)

É uma organização internacional com uma personalidade jurídica internacional, cujo objectivo é a integração jurídica entre os países membros. A sua integração será um passo extremamente importante para a integração comercial a nível regional e continental

São Tomé e Príncipe deverá dar todos os expedientes com o intuito de tornar-se o novo membro desta organização e tirar todos os benefícios possíveis, pois juridicamente a referida organização já conseguiu: harmonizar e unificar a legislação mercantil nos países membros da OHADA; estabelecer um Tribunal Supremo comum para todos eles; criar um centro de formação para juízes e servidores públicos; e programar um sistema regional de arbitragem.

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

CPLP definiu no âmbito do seu objectivo as seguintes principais áreas de intervenção: agricultura e segurança alimentar, ciência e tecnologia, desporto,

[“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção”](#)

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

educação e recursos humanos, juventude, meio ambiente e energias renováveis, migrações, saúde, telecomunicações e governação electrónica, e trabalho e solidariedade social.

São Tomé e Príncipe enquanto país membro desta Comunidade deverá esforçar-se para melhorar a sua imagem quitando débito das cotas em atraso. Armindo de Brito Fernandes, santomense, é o novo Director Geral da CPLP, cargo conquistado através de um concurso de grande competitividade no seio dos países de língua portuguesa, o que representa um passo importantíssimo para o crescimento económico e desenvolvimento sustentável de São Tomé e Príncipe. Assim sendo o Governo Santomense deverá prestar todo o apoio diplomático a este cidadão para o bem de São Tomé e Príncipe e também explorar ao máximo as principais áreas de acção da CPLP para o bem da nação.

5.4.3 Fóruns Internacionais

São Tomé e Príncipe deverá esforçar-se para participar nos Fóruns Internacionais, buscando levar a voz nacional, os anseios e as perspectivas para o nível internacional visando a partilha de experiências e buscando cooperação norte-sul, sul-sul e cooperações tripartidos com potenciais parceiros estratégicos para o crescimento económico inclusivo e desenvolvimento sustentável nacional.

Os Fóruns Internacionais são cruciais para o estabelecimento de cooperações internacionais estratégicas de desenvolvimento. Por conseguinte em função do carácter de cada Fórum o país deverá eleger o melhor representante possível para tomar lugar no referido evento como forma de potencializa-la ao máximo, pois São Tomé e Príncipe é um país ainda em fase de construção da sua resiliência e deverá fazer-se presente nestes importantes eventos de cooperação internacional. Isto poderá traduzir-se em oportunidades enormes em diversas áreas socioeconómicas do país. Por conseguinte a nação santomense deverá se fazer presente activamente em determinados fóruns tais como: Fórum de Comércio Africano (ATF), , FOCAC (Fórum de Cooperação África China), Fórum de Cooperação Índia África, Fórum afro-árabe de desenvolvimento, Conferência Afro-asiática (Conferência de Bandung), Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Fórum de Cooperação-África-Ásia, Cúpula América do Sul África (ASA), Fórum para o Desenvolvimento das Estatísticas na África (FASDEV), Fórum Africano Anticorrupção, etc.

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

Capítulo VI. Não a Corrupção nos Negócios Internacionais em STP

6.1. Definição e principais conceitos

Segundo a **OCDE**, corrupção é:

"Um fenómeno social, político e económica complexo que afecta todos os países. A corrupção mina as instituições democráticas, retarda o desenvolvimento económico e contribui para a instabilidade do governo. A corrupção ataca os fundamentos das instituições democráticas, distorcendo os processos eleitorais, pervertendo o Estado de Direito e a criação de pântanos burocráticos, cuja única finalidade é solicitar subornos. O desenvolvimento económico é atrofiado porque o investimento estrangeiro directo é desencorajado, e as pequenas empresas do país muitas vezes acham que é impossível superar os "custos de implementação" exigidos pela corrupção."

O **Banco Mundial** define a corrupção como:

"A corrupção é o abuso do poder público para fins privados. Suborno, desvio de fundo públicos, nepotismo (favorecer famílias com empregos e contratos) e a influência na formulação de leis ou regulamentos para ganho pessoal são exemplos comuns desta prática. "

Suas **consequências** são as seguintes:

- Impede que as empresas desenvolvam as suas atividades, reduzindo, assim, a riqueza total de um país.
- Reduz a quantidade de dinheiro que o governo tem para pagar os trabalhadores e comprar suprimentos, tais como livros, medicamentos e computadores.
- Distorce o uso de fundos públicos, de modo que os serviços (escolas, centros de saúde, estradas, esgotos, polícia, etc.) são piores do que deveriam ser.
- Permite que os ricos ou pessoas "bem relacionadas" interpretem as leis ou regulamentos à sua conveniência.
- Mina a confiança no Governo.

"A corrupção não é inevitável. Nasce da ganância e do triunfo de uma minoria não democrática sobre as expectativas da maioria."

A corrupção ameaça a sociedade em **diferentes formas**: influências, fraudes eleitorais, uso de informação privilegiada, patrocínios, subornos, extorsões, desvio de fundos públicos, prevaricação, favoritismo, nepotismo, conluio etc.

"Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP
Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a
Corrupção"

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

São as seguintes as **causas** da corrupção: ignorância, má-fé, más práticas de um país, abrandamento da justiça. Porém a principal causa é a falta de princípios éticos.

O Banco Mundial assinala quatro **factores que favorecem a corrupção**:

- Oportunidade: as pessoas realizam actos de corrupção quando os sistemas não funcionam bem e elas precisam fazer as coisas, independentemente dos procedimentos e leis.
- Poucas chances de ser descoberto: a falta de responsabilidade vem, principalmente, da falta de transparência (por exemplo, os funcionários públicos não explicam o que fazem, como e por que) e má aplicação da lei (agências reguladoras não impõem sanções às autoridades que se desviam de suas funções públicas).
- Incentivos perversos: por exemplo, um funcionário administrativo que não ganha o suficiente para sobreviver, ou não sabe se continuará empregado sente o desejo de complementar sua renda com subornos.
- Certas atitudes ou circunstâncias que fazem com que pessoas comuns ignorem as leis: elas podem tentar se desviar as regras de um Governo que consideram ilegítimo; ou pobreza ou falta de bens essenciais (como drogas) as obrigam a viver fora da lei.

6.2. Corrupção e Fluxos Financeiros Ilícitos na África

De acordo com o Site de notícias das Nações Unidas, ONU News:

O avanço de África continua prejudicado por fluxos financeiros ilícitos. O Continente perde US\$ 100 bilhões por ano em fundos gerados, transferidos ou usados ilegalmente. Os fluxos financeiros ilícitos foram destaque no Diálogo de Alto Nível sobre Desenvolvimento de África em vários fóruns, inclusive o que ocorreu em Cairo, Egito, aos 11 de Julho de 2018.

Segundo o assessor regional e líder do Planeamento e Estatística da ECA, Sylvain Boko, cerca de US\$ 100 bilhões por ano são gerados, transferidos ou usados ilegalmente, principalmente devido à facturação incorrecta. O valor corresponde a 4% do Produto Interno Bruto, PIB, do continente.

Para Boko, essa questão retarda o crescimento, enfraquece as instituições públicas e o Estado de direito, além de desestimular a cultura de pagamento de impostos e de agregar valor aos recursos naturais. O outro prejuízo é a

[“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção”](#)

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

dependência criada em países beneficiários da ajuda oficial ao desenvolvimento.

Para a ECA, o empenho dessas nações em mobilizar recursos para financiar a agenda de desenvolvimento sustentável do continente tem como principal impedimento a perda de mais de US \$ 50 bilhões por ano em fluxos financeiros ilícitos.

6.3. Corrupção em STP

O Índice de Percepção da Corrupção 2019, publicado pela *Transparency International*, confirma a estagnação do país no combate à corrupção.

STP manteve-se na posição 64, com a pontuação de 2019 idêntica a do ano 2018 (46 pontos).

É o 10º melhor no Ranking dos Países da África Subsariana (score médio = 32, máximo, Seicheles = 66, mínimo, Somália = 101). 3º melhor classificado no conjunto dos países da Lusofonia, apenas abaixo de Portugal (1º, na posição 30) e de Cabo Verde (2º, na posição 45).

Segundo o Barómetro Global da Corrupção – África 2019, concernente a percentagem de pessoas que pensam que o seu governo está a sair-se mal ou bem no combate à corrupção, no caso de São Tomé e Príncipe, 55% das pessoas afirmaram que o governo está a sair-se mal e 30% afirmam que está a sair-se bem. Perguntamos às pessoas o que elas achavam sobre a corrupção no seu país se é prevalente, se está a aumentar ou diminuir e se o governo está a fazer o suficiente para controlá-la. E constatamos o seguinte: 56% de pessoas pensam que a corrupção aumentou em STP nos últimos 12 meses. De acordo com este relatório 16% de utentes de serviços públicos pagaram subornos nos últimos 12 meses em STP. Segundo este relatório 67% de cidadãos temem retaliação caso denunciem casos de corrupção sendo que 28% acreditam que podem relatar casos de corrupção livremente, sem consequências. 53% pensam que as pessoas comuns podem fazer a diferença no combate à corrupção enquanto 39% pensam que as pessoas comuns não podem fazer a diferença no combate à corrupção.



EENI - Global Business School

Figura 6.3.1. Causas da Corrupção em STP



Fonte: Centro de Integridade Pública STP, Junho de 2015.

Conforme ilustra a figura acima, realizou-se um estudo em STP sobre as causas da corrupção, onde foram identificadas as seguintes: falta de estruturas para o combate (38,41%), impunidade (26,74%), baixo ordenado (22,19%), cultural (8,85%) e outras causas (3,82%). Está claro que as três primeiras citadas são as potenciais causas de corrupção a nível local, sendo a soma das suas percentagens de 87,34%, aproximadamente 90%.

6.3.1 Avaliação de STP quanto a implementação do Objectivo 16 dos ODS's da Agenda 2030 das Nações Unidas

De acordo com Relatório Sombra ODS 16 – Sociedade Civil Anticorrupção (CIPSTP, 2018) os progressos realizados em São Tomé e Príncipe para o “Objectivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes” nas Metas 4,5,6 e 10 foram as seguintes:

Meta 16.4: Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilícitos, fortalecer a recuperação e o retorno de bens roubados e combater todas as formas de crime organizado. O progresso de São Tomé e Príncipe em reduzir “Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

a lavagem de dinheiro, fortalecendo a recuperação de bens roubados e combatendo todas as formas de crime organizado, é o seguinte:

- Com objectivo de seguir os padrões adoptados internacionalmente no Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo, em particular as Recomendações revistas em 2012 do GAFI, foi publicado a Lei contra o Terrorismo e o seu Financiamento, Lei 03/2018, como reforço das disposições da Lei n.º 8/2013 que obriga a instituições a procederem ao congelamento de fundos/activos de pessoas e entidades designadas pelas Nações Unidas, conforme as exigências das Resoluções 1267/1989 e 1373/1988 do Conselho de Segurança da ONU, bem como proíbe que os fundos/activos sejam disponibilizados às pessoas/entidades designadas.
- Em Abril de 2018, o Banco Central de São Tomé e Príncipe emitiu novos regulamentos de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo para bancos licenciados, Norma de Aplicação Permanente (NAP) Que garante melhor alinhamento com as recomendações do GAFI e mudanças nos mercados locais e internacionais.
- Os Regulamentos contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo para instituições financeiras licenciadas e EPNFD's seleccionadas definem pessoas politicamente expostas locais e estrangeiras e exigem a devida diligência para ambas as classificações.
- A Lei 8/2013 aplica-se a todas as entidades financeiras bem como às entidades e profissões não financeiras designadas nomeadamente empresas concessionárias de exploração de lojas, de jogos e casinos, entidades que pagam prémios de apostas e lotarias, empresas de mediação imobiliária e de compra e venda de imóveis, comerciantes de bens de elevado valor unitário, revisores oficiais de contas, técnicos oficiais de contas, contabilista, auditores externo e consultores fiscais, bem como os advogados, solicitadores, notários, conservadores de registo e outras profissões jurídicas independentes.
- A lei prevê no seu artº 21 a obrigação de as entidades sujeitas aos deveres de prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento de Terrorismo, participarem imediatamente à Unidade de Informação Financeira as operações suspeitas de “envolverem fundos provenientes de actividades criminosas ou destinadas ao financiamento de terrorismo”.

Meta 16.5: Reduzir substancialmente corrupção e suborno em todas as suas formas. O progresso de São Tomé e Príncipe no sentido de reduzir a corrupção e o suborno são os seguintes:

- O país tem trabalhando numa Estratégia Nacional Anticorrupção que estabelece planos para a implementação de um projecto de “Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

monitoramento incluindo sociedade civil. Este projecto forneceria uma plataforma para compartilhamento electrónico de informações entre várias instituições e departamentos do governo para detectar e rastrear casos de corrupção.

- No quadro do Projecto PRO_PALOP as OCS's incluindo o CIPSTP preparou materiais para conscientização, palestras e seminários sobre integridade e prevenção da corrupção para funcionários, junto a poder local e regional. Além disso, materiais de treinamento foram produzidos para melhor desempenho na prestação de contas.

Meta 16.6: Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis. O progresso de São Tomé e Príncipe no sentido de desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes, com um foco particular ODS 2015-2030 de São Tomé e Príncipe 16, é o seguinte:

- Foi proposto ao executivo elaborar uma Estratégia Nacional Anticorrupção para aumentar a conectividade electrónica e o intercâmbio de informações entre o Ministério Público e outras instituições governamentais de supervisão. Com esse objectivo, estabelece um projecto de monitoramento para compilar informações - especificamente sobre os bens daqueles acusados em casos de corrupção, seus cônjuges e seus filhos menores - de instituições governamentais relevantes que podem ser usadas na detecção de casos de corrupção.
- O MP realizou ateliers de formação para funcionários judicial (magistrados) e Polícia de judiciária - capacitação sobre prevenção e investigação em matéria de integridade e corrupção.
- Foram estabelecidos planos para lançar um sistema de registro de reclamações e um mecanismo de acompanhamento para tratar as reclamações de maneira séria e simplificada e encaminhá-las ao judiciário. Esse sistema de registro de reclamações tratará de reclamações e queixas relacionadas tanto a violações cometidas contra cidadãos quanto a serviços governamentais e sua prestação.
- São Tomé e Príncipe organizou um seminário sobre protecção de testemunhas e recuperação de activos para discutir com as autoridades competentes sobre a questão da garantia do direito e o procedimento na administração da justiça e a necessidade de legislar nesta sobre esta matéria.
- Uma sessão mensal da justiça foi dedicada ao tema da "reforma da justiça: o novo quadro jurídico-constitucional e penal". Os participantes desta sessão puderam assistir aos debates em particular, à lei de cooperação internacional em matéria penal, à extradição, à luta contra o financiamento do terrorismo, e a cibercriminalidade.

"Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção"

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

- Foi organizado um workshop sobre a preparação da estratégia nacional de luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo (2018-2021). Permitiu de reunir todas as partes interessadas na LBC/FT para discussões transversais, troca de experiências e ideias sobre as melhores medidas para uma implementação eficaz.

Meta 16.10: Garantir o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, de acordo com a legislação nacional e os acordos internacionais. O progresso de São Tomé e Príncipe no sentido de assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais é o seguinte:

- Há necessidade para fortalecer a liberdade de imprensa em São Tomé e Príncipe. De acordo com o relatório Freedom House 2017, há monopólio governamental no canal estatal televisivo e rádio. O relatório também afirmou que a sociedade civil deve desempenhar um papel importante no desenvolvimento deste quadro, de modo a assegurar melhor a adopção das melhores práticas e, em última análise, uma maior garantia de liberdade de expressão.
- São Tomé e Príncipe comprometeu-se a rever o seu quadro legislativo, identificando lacunas e propondo um novo pacote de legislação e alterações na Assembleia Nacional que trabalhará para alinhar o acesso de São Tomé e Príncipe às políticas de informação com as melhores práticas internacionais.
- O governo comprometeu-se a lançar melhorias na divulgação de informação para cidadãos, deputados, doadores e investidores para monitorar o desempenho do governo acompanhando a implementação de planos do governo em diferentes departamentos governamentais.
- O governo está implementando programas que permite às pessoas com deficiência o acesso a informações, acesso aos edifícios público e no uso de novas tecnologias.
- Foram implementados sistemas informáticos em todas as unidades governamentais exigindo que apresentassem ao Ministério das Finanças, as suas contas financeiras de forma atempada a serem publicadas, de forma a aumentar o nível de transparência em torno da divulgação do orçamento e da publicação de dados financeiros.

6.3.2. Mecanismos de prevenção, bloqueio e combate a corrupção nos Negócios Internacionais em STP

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

Adoptar, implementar, monitorar e seguir as recomendações do **Relatório Sombra ODS 16** – Sociedade Civil Anticorrupção (CIPSTP, 2018), nomeadamente:

- Incluir funcionários públicos nacionais dentro da definição de pessoas politicamente expostas (PEP's) e estipular claramente a exigência de maior diligência na condução de negócios com todos os PEP's, tanto estrangeiros quanto domésticos.
- Rever e fortalecer as leis que regem o Ministério Público, especialmente para garantir que o MP tenha autoridade para investigar todos os tipos de crimes de corrupção estipulados na UNCAC.
- Fortalecer os esforços do MP nas áreas de prevenção, educação, conscientização e coordenação com outras entidades nacionais de supervisão.
- Crie um sistema on-line que compile e publique todos os anúncios e informações sobre contratos adjudicados.
- Unificar o sistema nacional de aquisições e preparar um sistema comum para concursos e fornecimentos.

Além disso:

Promover maior transparência dos financiamentos na campanha para as eleições.

Buscar mecanismos para implementar as **10 recomendações do Fórum Africano Anti-Corrupção (FAAC)**, a saber:

- Preparar um plano estratégico integrado para combater e prevenir a corrupção no continente africano, que incluirá os campos da educação, pesquisa científica, mídia, judiciário e controle técnico, e promoverá o desenvolvimento económico e humano, através da formação de um comité conjunto das agências relevantes para preparar e acompanhar as estratégias nacionais dos países africanos a este respeito.
- Consolidar os esforços para desenvolver um indicador africano para medir a corrupção, que corresponda ao contexto africano e reflecta suas especificidades, levando em consideração as diferenças individuais entre os países africanos.
- Lançar uma plataforma continental baseada em pontos focais nacionais encarregados de acompanhar os desenvolvimentos em casos de corrupção e os resultados dos esforços anticorrupção; e também acompanhar os compromissos dos Estados signatários da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção e da Convenção da União Africana de 2003 para Prevenir e Combater a Corrupção, com relação às medidas e procedimentos anticorrupção adoptados por eles, de acordo [“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção”](#)

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

com seus respectivos sistemas legais. e princípios constitucionais, com o objectivo de limitar o fenómeno da corrupção, desde que todas as partes se reúnam anualmente para declarar resultados e recomendações concluídos.

- Projectar um mecanismo electrónico seguro para troca instantânea de informações sobre crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo entre Estados com interesses comuns, ao mesmo tempo em que expandir os esforços de mobilização das autoridades africanas anticorrupção para aumentar a conscientização do público e incentivá-los a denunciar todas as formas de corrupção.
- Estabelecer um mecanismo legal para combater a corrupção entre os estados africanos, quanto à recuperação de fundos perdidos devido a crimes de corrupção, na forma de um protocolo anexo à Convenção da União Africana para Prevenir e Combater a Corrupção, desde que a respectiva decisão resultante de tal mecanismo seja vinculada a todos os estados que são partes da convenção.
- Rever constantemente os mecanismos anticorrupção, desenvolvê-los e actualizá-los de acordo com o contexto específico dos respectivos estados, enfatizando objectivos comuns dos estados africanos de alcançar uma transparência estrita, desde que esses procedimentos ocorram na assembleia anual da Associação. Autoridades Africanas Anticorrupção (AAACA).
- Promover a cooperação com parceiros internacionais para tornar acessíveis todos os recursos financeiros e potenciais técnicos para combater a corrupção, a fim de alcançar interesses comuns.
- Expandir a conclusão de memorandos de protocolos de entendimento e cooperação entre a Academia Nacional de Combate à Corrupção no Egipto, centros de treinamento e autoridades de controle africanas, com o objectivo de treinar e desenvolver quadros africanos qualificados no domínio do combate e prevenção da corrupção, promovendo valores de integridade e transparência.
- Estudar o desenvolvimento de um mecanismo regular para convocar a AACF regularmente e compartilhar o status de implementação das respectivas recomendações emitidas pelas sessões do fórum regularmente.
- Desenvolver as capacidades das entidades envolvidas no combate à corrupção, a fim de identificar os métodos modernos usados para lavar o dinheiro ganho pelos crimes de corrupção, adoptando medidas rigorosas para abordar as razões das fraquezas da África no que diz respeito à recuperação de bens contrabandeados, com o objectivo de localizar, apreendendo e recuperando os activos contrabandeados.

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

Deverá integrar a **Convenção das Nações Unidas sobre o Combate a Corrupção e implementar suas medidas**. A convenção contempla medidas de prevenção à corrupção não apenas no sector público, mas também no sector privado. Entre elas: desenvolver padrões de auditoria e de contabilidade para as empresas; prover sanções civis, administrativas e criminais efectivas e que tenham um carácter inibidor para futuras acções; promover a cooperação entre os aplicadores da lei e as empresas privadas; prevenir o conflito de interesses; proibir a existência de "caixa dois" nas empresas; e desestimular isenção ou redução de impostos a despesas consideradas como suborno ou outras condutas afins.

A autoridade local em parceria com a Transparência Internacional deverá implementar o **Pacto de Integridade**, que se refere a um acordo contratual anti suborno entre todas as partes envolvidas no processo de grandes licitações públicas, privatizações e leilões públicos.

São Tomé e Príncipe deverá se esforçar para integrar-se na **Convenção Anticorrupção da OCDE**. Esta Convenção estipula obrigações para os países em quatro aspectos, a saber:

- Criminal: A Convenção estabelece a obrigação de definir como delito e punir o suborno feito para obter um acordo internacional. Este instrumento também sanciona a cumplicidade.
- Contabilidade: Define recomendações para as empresas para impedir a ocultação de algumas despesas nos registos contábeis. Alterações, omissões, fraudes e falsificação de registos, contas, demonstrações financeiras e livros, a fim de esconder os subornos são sancionados.
- Lavagem de dinheiro: A detecção de um pagamento ilegal de suborno relacionado com transacções internacionais é suficiente para desencadear a aplicação da legislação contra o branqueamento de capitais, de modo que esses pagamentos sejam confiscados.
- Assistência Jurídica Mútua: Se forem utilizados canais financeiros internacionais para ocultar ou realizar o suborno internacional, a Convenção obriga os países signatários a prestar apoio jurídico oportuno, e estabelecer as disposições relativas à extradição.

Esta Convenção visa prevenir a prática de actos de corrupção nas transacções comerciais internacionais dos países signatários, e promove o estabelecimento e aplicação de sanções aos funcionários públicos, particulares, empresas e profissionais que encubram ou participem secundárias e a organização da cooperação mútua entre os Estados membros em matéria de apoio e extradição.

Adopção dos **Princípios da Convenção Anti-Corrupção da União Africana**, a saber:

"Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção"

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

- Respeito pelos princípios e instituições democráticas, a participação popular, o estado de direito e a boa governação;
- Respeito pelos direitos do homem e dos povos, em conformidade com a carta Africana de direitos do homem e dos povos e outros documentos relevantes dos direitos humanos;
- Transparência e responsabilidade na gestão de assuntos públicos; -
- Promoção da Justiça Social para assegurar um desenvolvimento socioeconómico.

O país deverá também aderir a “**Iniciativa da Aliança contra a corrupção (Partnering Against Corruption Initiative PACI) do Fórum Económico Mundial**”. Trata-se de um esforço mundial e multi-setorial que envolve todos os interessados no combate à corrupção. Criada para elevar os padrões de negócios e contribuir para uma sociedade em que as empresas sejam competitivas, transparentes, responsáveis e éticas.

Deverá também aderir a **Iniciativa para a Recuperação de Ativos Roubados (Stolen Asset Recovery Initiative StAR)** por tratar-se de uma parceria entre o Grupo do Banco Mundial e do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (ONUDD), que apoia os esforços internacionais para acabar com os paraísos considerados como refúgio para os fundos corruptos. **Para tal elencam as seguintes medidas:** persuadir os responsáveis de todas as jurisdições, especialmente aquelas que contêm centros financeiros, a ratificar e aplicar a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção; ajudar os países em desenvolvimento a fortalecer sua capacidade, permitindo-lhes solicitar a assistência jurídica mútua para a recuperação de activos; desenvolver parcerias para compartilhar informações e experiências; e fornecer voluntariamente capacidade técnica para rastrear activos recuperados, para garantir a transparência e o impacto positivo no desenvolvimento.

Neste âmbito outro mecanismo extremamente importante que a autoridade deve aplicar é a **apreensão de bens sem condenação (NCB)**, ferramenta importante para a recuperação dos produtos e instrumentos da corrupção, particularmente nos casos em que os produtos são transferidos para o exterior.

STP deverá esforçar-se para estabelecer uma parceria com a **Integridade Financeira Global** e implementar as cinco medidas por ela proposta, a saber: controle e restrição às fraudes sobre os preços de exportação e importação; registo por país das exportações, lucros e impostos pagos por empresas multinacionais; confirmação do usufruto de todas as contas bancárias e de investimento; intercâmbio automático entre países fronteiriços de informação fiscal sobre contas individuais e empresariais; e harmonização das legislações

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

sobre as leis contra a lavagem de dinheiro em todos os países que cooperam com o Grupo de Acção Financeira.

6.3.2.1 Mecanismos de Prevenção e Combate a Corrupção e Fluxos Ilícitos de Capitais nas Empresas

As autoridades nacionais deverão buscar mecanismos para engajar as **empresas público, privadas e mistas** a adoptarem e acompanhar a implementação das seguintes medidas:

Adesão aos dez princípios do **Pacto Global**:

- Direitos Humanos: São o Princípio 1 e o Princípio 2. São derivados da Declaração Universal dos Direitos Humanos
- Normas Trabalhistas: Princípios 3, 4, 5 e 6 são inspirados pela Declaração da OIT sobre os Princípios Fundamentais e Direitos Trabalhistas
- Meio Ambiente: Princípios 7, 8 e 9 têm como referência a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
- Anticorrupção: o Princípio 10, o último a ser introduzido, baseia-se na Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção

Adesão a **Iniciativa da Aliança Anticorrupção** (Partnering Against Corruption Initiative PACI) do **Fórum Económico Mundial**:

- Ajuda a consolidar os esforços do governo, da indústria e das ONG na luta contra a corrupção e suborno;
- Oferece às empresas uma plataforma para moldar o desenvolvimento quadro regulamentar;
- Aumenta a segurança sobre as causas e as ações concretas;
- Apoia as sociedades na prática da tolerância zero em relação ao suborno e na implementação de programas anticorrupção internos eficazes;
- Investiga os meios adequados para garantir a conformidade de empresas e verificação por terceiros;

Introdução da **cláusula anticorrupção da Câmara de Comércio Internacional (ICC)** nos contractos, que serve tanto para as PME's como para as grandes multinacionais:

"As partes reconhecem que as negociações e a assinatura deste contrato foram realizadas com base nas Regras de Conduta para combater a extorsão e o suborno, publicadas pela Câmara de Comércio Internacional (as Regras) e comprometem-se a agir em conformidade a eles durante a sua execução com relação às partes e com terceiros. As partes aceitam expressamente que a

"Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção"

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

violação destas declarações ou das "Regras" implica em uma violação substancial deste contracto."

Adesão a Iniciativa de Relatório Global (Global Reporting Initiative) cujo objectivo é promover o desenvolvimento de relatórios de sustentabilidade em todos os tipos de organizações.

Adopção dos **"10 Princípios de Transparência e Prevenção da Corrupção nas Empresas"** da Transparência Internacional, a saber:

1. Cumprimento dos Princípios de Bom Governo Corporativo (Código Unificado de Boa Governança Corporativa).
2. Implementação na Empresa de um Código de Ética.
3. Implementação de Programas de Cumprimento Normativo
4. Implementação de canais de denúncia para comunicar queixas de possíveis violações das regras internas da empresa e/ou do regulamento legal.
5. Informação Pública da remuneração dos directores e gerentes.
6. Informação Pública dos contractos com o sector público e informação das actividades subsidiadas pelo Governo.
7. Informação pública das políticas de Responsabilidade Social Corporativa.
8. Evitar práticas de favoritismo e corrupção no sector privado.
9. Evitar práticas de corrupção de funcionários públicos estrangeiros nas transacções comerciais internacionais.
10. Cumprimento das obrigações fiscais.

Considerações Finais

Constatou-se que São Tomé e Príncipe apesar dos esforços das autoridades políticas e administrativas visando o crescimento económico e desenvolvimento resiliente local, de uma maneira geral, os resultados são de facto extremamente modestos. Vários factores limitam o alcance de um crescimento económico e desenvolvimento resiliente que trariam maior inclusão na economia regional e mundial, nomeadamente:

"Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção"

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

- Políticos: o fenómeno “banho”, compra de votos, tem impedido o exercício de eleições livres e justas aquando das eleições legislativas e presidenciais;
- Económicos: forte dependência dos parceiros externos e balança comercial constantemente negativada. Ambiente de negócios não suficientemente atractivo para potencializar os investimentos directos estrangeiros

Sociais e Transversais

- Pobreza e o desemprego: 49,6% da população encontra-se ainda abaixo do limiar da pobreza, com um pouco mais de 15% vivendo em situação de extrema pobreza. O desemprego, estimado em cerca de 13,6%, atinge, principalmente, os jovens e as mulheres.”
- Desigualdade e disparidade de género: a participação das mulheres no Parlamento, no Governo e nas missões diplomáticas, nas instâncias de decisão dos partidos políticos, na direcção das empresas continua sendo pouco significativa; em matéria de emprego, a taxa de desemprego nacional situa-se em 13,6%, com maior incidência nas mulheres, com uma taxa de 19,7%, enquanto a dos homens é de 9,3%.
- Infra-estruturas: Forte carência de infra-estruturas socioeconómicas (energia limpa e resiliente, porto em águas profunda, transporte aéreo e marítimo).
- Cultura: Pouco sentimento patriótico pela falta de políticas direccionadas do governo e ausência de sociedade civil activa em prol da promoção cultural.
- Medias: fraco desempenho devido o monopólio governamental no canal estatal televisivo e rádio
- Juventude e Empreendedorismo: Falta de programas de crédito e assistências técnicas sustentáveis aos micro e pequenos empreendedores locais.
- Liderança e Boa Governação: a liderança constitui factor inibidor de desenvolvimento; São Tomé e Príncipe desceu uma posição no relatório Mo Ibrahim de Boa Governação e foi mal cotado em termos do nível de divulgação das informações orçamentais aos cidadãos.
- Índice de Desenvolvimento Humano: registou alguns progressos, embora modestos, porém continua muito vulnerável aos choques exógenos.
- Sociedade Civil: ausência de uma sociedade civil activa e responsável pilar da “democracia”.
- Justiça: a reforma completa do sistema judiciário ainda não é uma realidade por conseguinte os cidadãos santomenses não reconhecem a

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

existência de um estado de direito pleno, pilar da democracia e do desenvolvimento.

- Agenda ODS 2030: São Tomé e Príncipe ainda não cumpre nenhum dos 17 objectivos de desenvolvimento sustentável (ODS).
- ENRP 2012-2016: a execução dos programas e medidas previstas na Estratégia Nacional de Redução da Pobreza 2012-2016 (ENRP II) foi relativamente modesto.

Para acelerar o crescimento económico e desenvolvimento resiliente definiu-se: medidas para tirar o melhor partido da globalização e para acelerar a integração regional por STP, um plano de cooperação internacional estratégico para o desenvolvimento e medidas para a prevenção e combate a corrupção no âmbito do comércio internacional. Todos os passos estão alinhados com as prioridades definidas no Plano Nacional de Desenvolvimento (2017-2021), que se baseiam em dois eixos: (i) Promoção de crescimento económico sustentável e inclusivo; e (ii) Reforçar a coesão social.

Visando tirar o melhor partido da globalização, pois reconhece-se que o país não tem potencializado esse fenómeno, recomenda-se várias medidas para o efeito, que passam por: globalização social, financeira, económica e política.

Para acelerar a integração regional por STP, uma vez que apresenta um baixo nível de desempenho da integração regional africana, recomenda-se as seguintes medidas: transformar efectivamente o país na porta de entrada da CEEAC; melhorar a sua produtividade agrícola; melhorar a cadeias de valor nacional; investir nas infra-estruturas socioeconómicas, particularmente num porto em águas profundas; e melhorar o sector do turismo.

O plano de cooperação internacional estratégico para a aceleração do desenvolvimento focou-se nos eixos da agenda de transformação de STP, crescimento económico e desenvolvimento resiliente e reforço da coesão social. Os potenciais parceiros estratégicos recomendados devem ser: a nível bilateral: Portugal, China, Angola, Brasil, Guiné-Equatorial, Estados Unidos da América, Reino Unido e Índia; e a nível multilateral: União Africana, Banco Africano de Desenvolvimento, União Europeia, Organização das Nações Unidas, Organização para a Cooperação Económica e Desenvolvimento, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico de África, Organização Mundial do Comércio, Camara de Comércio Internacional, Organização para Harmonização na África dos Direitos de Comércio e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Ainda no contexto mundial recomenda-se a participação das autoridades políticas e administrativas em alguns fóruns mundiais como acções chave para acelerar a cooperação internacional estratégica, nomeadamente: Fórum de Comércio

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

Africano, Fórum de Cooperação África China, Fórum de Cooperação Índia África, Fórum afro-árabe de desenvolvimento, Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento, Fórum de Cooperação-África-Ásia, Cúpula América do Sul África, Fórum Africano Anticorrupção, etc.

No que diz respeito a prevenção e combate a corrupção no comércio internacional, recomenda-se as seguintes medidas: adoptar, implementar, e monitorar a implementação das recomendações do Relatório Sombra ODS 16 – Sociedade Civil Anticorrupção (CIPSTP, 2018); promover maior transparência dos financiamentos na campanha para as eleições; implementar as 10 recomendações do Fórum Africano Anticorrupção; implementar as medidas da Convenção das Nações Unidas sobre o Combate a Corrupção e a Transparência Internacional; implementar o Pacto de Integridade; integrar-se na Convenção Anticorrupção da OCDE; adoptar os princípios da Convenção Anticorrupção da União Africana; aderir a “Iniciativa da Aliança contra a corrupção do Fórum Económico Mundial; aderir a Iniciativa para a Recuperação de Activos Roubados; estabelecer uma parceria com a Integridade Financeira Global e implementar as cinco medidas por ela proposta. Nas empresas privadas: aderir aos dez princípios do Pacto Global, aderir a Iniciativa da Aliança Anticorrupção do Fórum Económico Mundial, introduzir a cláusula anticorrupção da Câmara de Comércio Internacional nos contractos, aderir a Iniciativa de Relatório Global, adoptar os “10 Princípios de Transparência e Prevenção da Corrupção nas Empresas” da Transparência Internacional.

Esta claro que a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) é a via mais viável para acelerar o crescimento económico inclusivo e desenvolvimento resiliente de São Tomé e Príncipe. Por conseguinte recomenda-se aos autores de projectos científicos em áreas similares e o próprio governo um exercício mais profundo e exaustivo relativamente a elaboração de um plano estratégico de cooperação internacional para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.



EENI - Global Business School

Referências Bibliográficas

1º FÓRUM DE ECONOMISTAS DAS CIDADES DE LÍNGUA PORTUGUESA: A CPLP E OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO 2030. Maio 2019. São Tomé e Príncipe. Disponibilizado pelo técnico do Banco Central. Acesso em: 11 fev 2020.

Abreu de Castaño, Filipa. São Tomé e Príncipe: Cultura(s), Património(s), Museu(s). Setembro 2012. (Mestre em Museologia) – FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS, UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA. Obtido por e-mail. Acesso em: 11 fev 2020.

Agenda de Transformação no horizonte - 2030, Conferência Internacional dos Investidores e Parceiros de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. Londres, 14-15 de Outubro de 2015. Disponibilizado pelo técnico da APCI. Acesso em: 19 mar2020.

ASSESSING REGIONAL INTEGRATION IN AFRICA | ARIA IX: NEXT STEPS FOR THE AFRICAN CONTINENTAL FREE TRADE AREA. 2019 United Nations Economic Commission for Africa, African Union, African Development Bank and United Nations Conference on Trade and Development. Disponível em: <<https://www.uneca.org/publications/assessing-regional-integration-africa-aria-ix>>. Acesso em: 28 JAN 2020.

BARÓMETRO GLOBAL DA CORRUPÇÃO ÁFRICA 2019: OPINIÃO E EXPERIÊNCIA DOS CIDADÃOS SOBRE A CORRUPÇÃO. Transparência Internacional. Disponibilizado pelo Técnico da COSSIL. Acesso em: 07 fev 2020.

Boletim Estatístico da educação. Ano 2015-2016. Direcção de Estatística e Planeamento (DEP), Direcção Geral de Planeamento e Inovação Educativa (DGPIE). MECCC. Disponibilizado pela técnica do Ministério da Educação. Acesso em: 5 fev 2020.

Cooperação internacional para o desenvolvimento : desafios no século XXI. Elsa Sousa Kraychete, Denise Vitale, organizadoras. – Salvador : EDUFBA, 2013. p.292 Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16711/1/cooperacao-internacional.pdf>. Acesso em: 28 JAN 2020.

Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: ENTENDA A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO. Disponível em: <https://www.politize.com.br/cid-cooperacao-internacional/>>. Acesso em: 28 JAN 2020.

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

Doing Business 2020 São Tomé and Príncipe: Economy Profile São Tomé and Príncipe. Banco Mundial. Disponível em: <https://portugues.doingbusiness.org/content/dam/doingBusiness/country/s/sao-tome-and-principe/STP.pdf> Acesso em: 29 jan 2020.

Estratégia de Desenvolvimento do Sector Privado São Tomé e Príncipe. Julho de 2015. Ministério da Economia e Cooperação Internacional. Obtido do Técnico da Direcção das Finanças. Acesso em: 11 fev 2020.

Estudo Diagnóstico das ONG em São Tomé e Príncipe. Autores: Carolina Cravo, Laure Londaitzbehre, Olívio Diogo, Sónia Sousa. Parcerias: ISBN: 978-989-96229-4-4. Disponibilizado por e-mail. Acesso em: 13 fev 2020.

Guia de Investidor. Agosto de 2018. APCI (Agência de Promoção de Comercio e Investimento). Disponibilizado pelo técnico da APCI. Acesso em: 11 fev 2020.

IBRAHIM INDEX OF AFRICAN GOVERNANCE REPORT, 2018. MO IBRAHIM FOUNDATION. Disponível no site: < <https://mo.ibrahim.foundation/iag> >. Acesso em: 19 fev 2020.

ÍNDICE DE PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO 2019. Transparência e Integridade. Transparency International Portugal. Disponibilizado pelo técnico de Licitação da COSSIL. Acesso em: 08 FEV 2020

Inquérito aos Orçamentos Familiares 2010: PERFIL DA POBREZA EM SÃO TOME E PRÍNCIPE. Instituto Nacional de Estatística. Disponibilizado pela técnica da Estatística. Acesso em: 4 fev 2020.

Instabilidade política e revisão constitucional: semipresidencialismo em São Tomé e Príncipe. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Seibert, Gerhard. Março 2019. Disponível em: < <https://unilab.academia.edu/GerhardSeibert> >. Acesso em: 11 fev 2020.

M. Etsé AMETEPE. Les investissement des pays emergeants en Afrique: Cas de la Chine au Togo. 2012. (Master en negotiation internationale appel d'offres et investissement. Disponível no e-campus da EENI < <http://www.mibexport.com/ecampus/> >. Acesso em: 31 jan 2020.

Medina Fernandes, Paula. Corrupção: Definição, Prevenção e Combate – O Caso de S. Tomé e Príncipe. 2009. (Mestre em Gestão Pública) - Universidade de Aveiro Ano 2009. Recebi por e-mail. Acesso em: 08 fev. 2020.

Melzer Almeida Batista, Reine. São Tomé e Príncipe, Compromissos e Parcerias no contexto da Segurança Marítima no Golfo da Guiné. Setembro de 2016 (Mestre em Relações Internacionais) - FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E

"Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção"

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

HUMANAS, UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA. Obtido por e-mail. Acesso em: 11 fev 2020.

MEMORANDO ECONÓMICO DO PAÍS para São Tomé e Príncipe – Relatório Síntese De Pequeno País a um País Singular. Banco Mundial. Disponibilizado pelo técnico do Banco Central. Acesso em:12 de fev 2020.

NATIONAL HUMAN DEVELOPMENT REPORT IN SÃO TOME AND PRINCIPE 2014. Quality of leadership as an inhibitor factor of political instability and promoter of human development: the role of civil society and youth. PNUD STP. Disponibilizado pelo técnico do PNUD. Acesso em:28 JAN 2020.

"Outros: Materiais dos seguintes módulos: Globalização, Organismos Internacionais, Integração Regional, Organismos que lideram a transformação da África, Relações Externas Africanas, Não á corrupção nos negócios internacionais. Biblioteca Virtual da EENI. Disponível no e-campus da EENI.

"PLANO ESTRATÉGICO 2017-2021. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS. República Democrática de São Tomé e Príncipe. Disponibilizado pelo técnico do Tribunal de Justiça. Acesso em:6 fev 2020.

PLANO ESTRATÉGICO E DE MARKETING PARA O TURISMO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Janeiro de 2018. Direcção Geral do Turismo, Ministério das Finanças, Comércio e da Economia Azul. Disponibilizado pela técnica da Direcção do Turismo. Acesso em:6 fev 2020.

PLANO NACIONAL DE ACÇÃO 2002 – 2015. EDUCAÇÃO PARA TODOS – EPT. (Validado em 18.11.2002 e revisto em Novembro de 2006). MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Disponibilizado pela técnica do Ministério da Educação. Acesso em:13 fev 2020.

PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO 2017-2021: UM CRESCIMENTO ACELERADO, REDUTOR DA POBREZA, EQUITATIVO E PROTETOR DO AMBIENTE. REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Disponível em: <http://www.cnmc.gov.st/images/Documentos/Plano-Nacional-de-Desenvolvimento-2017-2021.pdf> . Acesso em:11 fev 2020.

PLANO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ASSISTÊNCIA AO DESENVOLVIMENTO NA ÓTICA DE UM DESENVOLVIMENTO EQUITATIVO, INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL EM SÃO TOMÉ ET PRINCIPE – UNDAF 2017 – 2021. São Tomé e Príncipe e a Organização das Nações Unidas. Disponibilizado pelo técnico do PNUD. Acesso em:28 JAN 2020.

Políticas de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento no Norte e no Sul: que lições e desafios para o Brasil?. Novembro de 2013. CARLOS R. S. "Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção"

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

MILANI, BIANCA SUYAMA E LUARA L. LOPES. FRIEDRICH EBERT STIFTUNG. Disponível em: < <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/10532-20140207.pdf> >. Acesso em: 18 mar 2020.

Relatório do Inquérito sobre o Orçamento Aberto de 2017. International Budget Partnership. Disponível em: < <https://www.internationalbudget.org/wp-content/uploads/portugal-open-budget-survey-2017-summary-portuguese.pdf> >. Acesso em: 11 fev 2020.

RELATÓRIO NACIONAL DE IMPLEMENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO E DO PROGRAMA DE ACÇÃO DE BEIJING + 25º. STP.MAIO/2019. Instituto Nacional para a Promoção da Igualdade e Equidade do Género. Disponibilizado por e-mail pela técnica do INPG. Acesso em: 29 jan 2020.

Relatório Sombra ODS 16 – Sociedade Civil Anticorrupção. Dezembro/2018. CIPSTP. Disponibilizado via e-mail pelo Presidente do CIPSTP. Acesso: 04 mar 2020.

REPORT ON FREEDOM IN THE WORLD 2017: Populists and Autocrats: The Dual Threat to Global Democracy. Freedom House. Disponível em: < https://freedomhouse.org/sites/default/files/FH_FIW_2017_Report_Final.pdf >. Acesso em: 13 mar 2020.

"SÃO TOMÉ AND PRÍNCIPE COMBINED COUNTRY STRATEGY PAPER 2018-2022

AND COUNTRY PORTFOLIO PERFORMANCE REVIEW (CPPR). RDGS/ECSA DEPARTMENTS. May 2018. Disponível em: <<https://www.afdb.org/en/documents/document/sao-tome-and-principe-combined-country-strategy-paper-2018-2022-and-country-portfolio-performance-review-cppr-107412>>. Acesso em: 29 jan 2020.

"

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE EM NÚMEROS 2017. Instituto Nacional de Estatística – INE. Disponível em: <www.ine.st>. Acesso em: 4 FEV 2020.

São Tomé e Príncipe na lista para graduação à economia de renda média. Março 2018. AUDIOTECA. ONU NEWS. Disponível em: < <https://news.un.org/pt/story/2018/03/1614562> >. Acesso em: 11 FEV 2020.

São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Moçambique e Angola foram avaliados quanto ao desenvolvimento sustentável. Set 2019. Jornal on-line O Observador. Disponível em: < <https://observador.pt/2019/09/12/sao-tome-e-principe-cabo-verde-mocambique-e-angola-foram-avaliados-quanto-ao-desenvolvimento-sustentavel/>>. Acesso em: 11 FEV 2020.

"Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a Corrupção"

Paulo Jorge Afonso do Rosário



EENI - Global Business School

São Tomé e Príncipe: Integração Regional na CEEAC e relacionamento com os países da CPLP. Maio de 2014. ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA, CAMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA. Disponibilizado pelo técnico do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Acesso em:11 fev 2020.

SOCIEDADE CIVIL PELO DESENVOLVIMENTO: MAIS TRANSPARÊNCIA, MELHOR GOVERNAÇÃO. Setembro de 2017. Federação das ONG em STP (FONG-STP). Disponibilizado pela FONGSTP. Acesso em:13 fev 2020.

Sub-Saharan Africa: From Crisis to Sustainable Growth. November 1989. ISBN 0-8213-1349-5. Disponibilizado por e-mail. Acesso em:28 fev 2020.

TERCEIRO RELATÓRIO NACIONAL DOS OBJECTIVOS DO MILÉNIO. São Tomé, NOVEMBRO 2014. São Tomé e Príncipe e a Organização das Nações Unidas. Disponibilizado pelo técnico do PNUD. Acesso em:29 JAN 2020.

“Aceleração do Crescimento Económico Inclusivo e Desenvolvimento Sustentável em STP
Através da Integração Regional, Cooperação Estratégica, e Prevenção e Combate a
Corrupção”

Paulo Jorge Afonso do Rosário